

SÉRIE
ESTUDOS
EUROPEUS



6

A AVICULTURA
NO QUADRO COMUNITÁRIO

A Avicultura no Quadro Comunitário

Por: Lina Coelho (*)

(*) Técnica da Divisão de Integração Europeia da Comissão de Coordenação da Região Centro

**Coimbra
1989**

INDICE

Introdução	7
-------------------------	---

Parte I - Caracterização Geral da Avicultura Portuguesa

1. Produção	11
1.1. Enquadramento Institucional.....	11
1.2. Produção de Carne.....	12
1.2.1. Evolução da Produção	15
1.2.2. Estrutura de Custos de Produção	17
1.3. Produção de Ovos.....	19
1.3.1. Evolução da Produção	23
1.3.2. Estrutura de Custos de Produção	26
1.4. Eficiência Produtiva	27
2. Procura	29
3. Distribuição	32
3.1. Carne de Aves.....	32
3.2. Ovos.....	36
3.3. As Feiras Avícolas.....	38

Parte II - A Avicultura na Comunidade Económica Europeia

1. A Produção Avícola e a PAC	41
1.1. A Organização Comum de Mercado dos Produtos Avícolas...	41
1.1.1. A Organização Comum de Mercado dos Ovos.....	42
1.1.2. A Organização Comum de Mercado de Carne de Aves.....	43
1.2. Trocas com o Exterior.....	43
1.3. Cláusulas de Salvaguarda.....	44
2. Situação Actual do Sector na CEE	44

Parte III - O Sector Visto Mais de Perto (o distrito de Viseu)

- Um pouco de História do Sector em Portugal..... 57
- Estruturas de Produção..... 60
- Sobre o Estatuto de Avicultor..... 64
- Da incerteza em Avicultura..... 67
- A Integração e seus Mecanismos..... 70
- Em Jeito de Conclusão..... 73

Bibliografia..... 75

INTRODUÇÃO

Se outra justificação não houvesse para este trabalho bastariam a importância da avicultura na produção pecuária nacional e a sua representatividade económico-social para o justificar.

Trata-se, na verdade, de uma actividade que vem desde há alguns anos a rivalizar com a suinicultura no papel de sector dominante no panorama pecuário do País.

Surgida na década de 50 no distrito de Viseu, mais precisamente no Caramulo, a avicultura cedo se implantou e marcou lugar na economia da região estendendo-se daí para todo o País. Actualmente o sector apresenta expressão acentuada não só na região de origem mas também mais para sul, no Ribatejo Oeste, havendo embora unidades de produção espalhadas um pouco por todo o território nacional.

O sector emprega milhares de pessoas não só na própria actividade (produção e distribuição) como ainda nas actividades a montante (fábricas de rações), a juzante (matadouros, centros de inspecção e classificação de ovos) e ainda em actividades subsidiárias (actividades químico-farmacêuticas, construção civil).

As estruturas produtivas sectoriais apresentam-se dotadas de grande heterogeneidade em termos de dimensão das unidades produtivas, nível técnico e tecnológico das mesmas e até mesmo na sua natureza institucional.

Actualmente o sector defronta-se com o desafio que lhe é lançado pela concorrência dos países da Comunidade Económica Europeia que, na generalidade, apresentam, por um lado, níveis mais elevados de eficiência em consequência de um melhor nível técnico e tecnológico e, por outro, necessitam de novos mercados em consequência da estagnação da procura quer interna quer de países terceiros. Para os produtores nacionais esta situação implica necessariamente uma intensificação de esforços no sentido da modernização e rentabilização das suas produções, situação para a qual parecem despertos.

No contexto deste trabalho pretende-se, fundamentalmente, dar a conhecer o sector e a sua importância económico-social no distrito de Viseu, muito particularmente em alguns concelhos mais desfavorecidos. Daí a tónica posta implícita ou explicitamente na área geográfica - os concelhos do Agrupamento de S. Pedro do Sul (Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vouzela) e o objecto preferencial de análise - os pequenos produtores integrados. É que, para estes produtores que, na sua generalidade, praticam a avicultura como complemento da actividade agrícola, em pequenos pavilhões e com meios técnicos escassos, a avicultura significa, acima de tudo, a subsistência familiar que a agricultura não garante.

Do que acaba de ser dito parece resultar clara a importância do sector em análise e a atenção que deveria ser-lhe dada pelo seu papel de potenciador do nível de vida de algumas camadas de população rural no nosso País.

PARTE I

Caracterização Geral da Avicultura Portuguesa

1. PRODUÇÃO

1.1. Enquadramento Institucional

O D.L. nº 182/79 de 15 de Junho classifica as actividades avícolas em actividades de produção e actividades de reprodução, às quais faz corresponder, respectivamente, os aviários de produção e os de reprodução englobando estes, por sua vez, os aviários de selecção e os de multiplicação. Assim, são

1. aviários de selecção - "os que, mediante programa bem definido, se dedicam ao melhoramento genético, obtido pelo isolamento de linhas que são seleccionadas, em gerações sucessivas, com o objectivo de se obterem progenitores dotados de poder combinatório adequado à produção de carne ou de ovos. Igualmente se consideram de selecção os aviários que apenas se dedicam à selecção fenotípica dos ascendentes directos dos referidos progenitores"

2. aviários de multiplicação - "os que, mediante a utilização exclusiva de progenitores, se dedicam à produção de aves a explorar directamente na obtenção de carne ou de ovos"

3. aviários de produção - "os que visam a obtenção directa de carne ou ovos, bem como a cria e recria de aves de aptidão ovopoiética".

A Portaria nº 392/79 de 3 de Agosto no seu artº 10º, por sua vez, classificou os aviários segundo a sua dimensão em 4 escalões A,B,C e D nos termos do seguinte quadro:

Quadro 1

Escalão	Galinhas Poedeiras	Frangos	Patos	Perus	Codornizes
A	Mais de 50 000	Mais de 500 000	Mais de 250 000	Mais de 100 000	Mais de 2 000 000
B	25 000 a 50 000	250 000 a 500 000	100 000 a 250 000	50 000 a 100 000	1 000 000 a 2 000 000
C	5 000 a 25 000	50 000 a 250 000	25 000 a 100 000	10 000 a 50 000	200 000 a 1 000 000
D	500 a 5 000	5 000 a 50 000	2 500 a 25 000	1 000 a 10 000	20 000 a 200 000

Feita esta apresentação sumária dos tipos institucionais de unidades produtivas que constituem o sector avícola vejamos qual a realidade deste sector no nosso País.

1.2. Produção de carne

Existem no Continente cerca de 2850 aviários de produção de carne dos quais 402 de tipo industrial (escalões A,B e C) e cerca de 2450 de tipo semi-industrial (escalão D). Verifica-se, pois, uma larga predominância das unidades de produção "artesaniais": os aviários com menos de 50 000 frangos/ano constituem cerca de 86% do total, sendo responsáveis por 48% da produção enquanto as unidades produtivas industriais representam apenas 14% do total produzindo 52% da produção nacional.

Também a distribuição regional da produção é muito assimétrica. Assim, mais de 90% dos aviários localizam-se a norte do Tejo, sendo a Beira Litoral a região mais dotada com 1760 aviários (cerca de 60% do total nacional), logo seguida do Ribatejo Oeste que detém 807 explorações. Depois destas aparece, muito distanciada, a região Entre Douro e Minho com 140 unidades.

Quadro 2
Aviários de produção de carne

Regiões	ESCALOES				TOTAL	%
	A	B	C	D		
Entre Douro e Minho	3	4	36	97	140	5
Trás-os-Montes		1		40	41	1
Beira Interior	1		1	29	31	1
Beira Litoral	9	14	145	1590	1758	62
Ribatejo Oeste	9	19	137	642	807	28
Alentejo		1	8	12	21	1
Algarve		4	10	34	48	2
TOTAL	22	43	337	2444	2846	100
	402			2444	2846	
(em %)	1%	2%	12%	86%	100%	
	14%			86%		

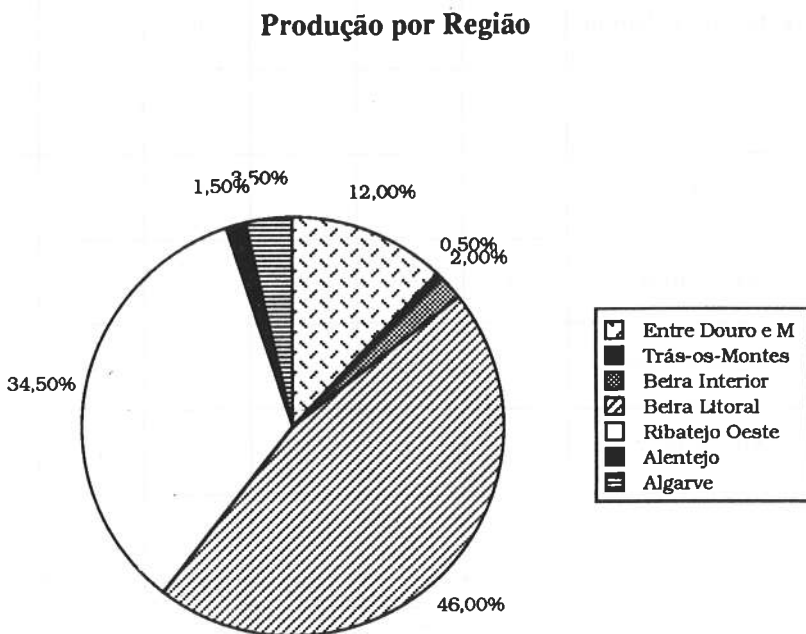
in "Notícias Avícolas", nº 2

Comparando agora a estrutura produtiva regional as diferenças são menos flagrantes (embora existam). A representatividade dos aviários semi-industriais é de 90.4% na Beira Litoral e de 79.5% na região do Ribatejo, sendo a hierarquia necessariamente inversa para as unidades de tipo industrial que vão perdendo peso à medida que consideramos escalões de dimensão superior.

Em termos de quantitativos de produção, a Beira Litoral é responsável por cerca de 46% da produção nacional de carne de frango, logo seguida do

Ribatejo Oeste com 35% e da região Entre Douro e Minho que produz 12% do total nacional.

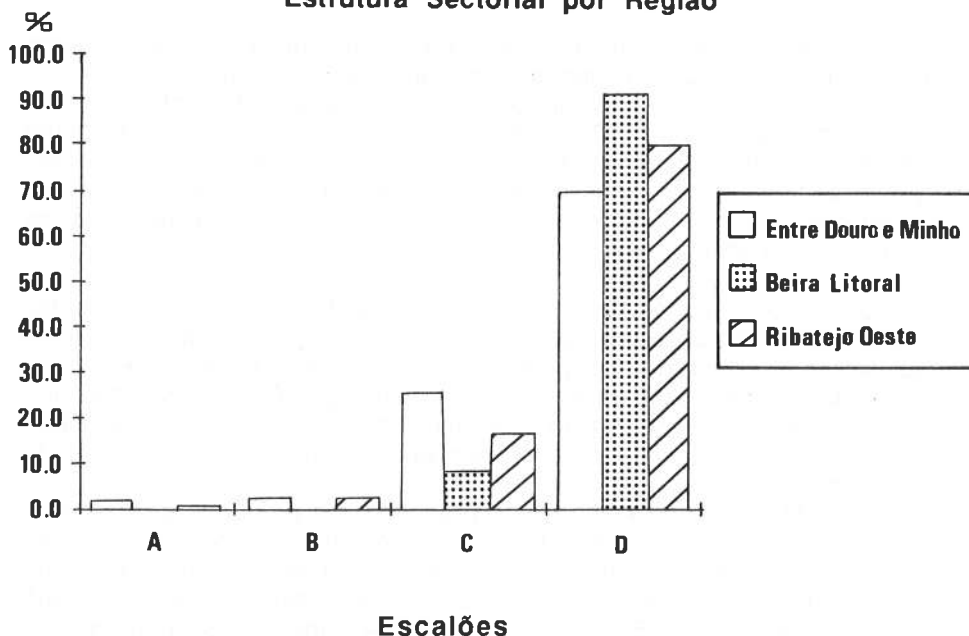
Gráfico 1



Estamos pois, perante uma redistribuição percentual relativa da produção: a região Entre Douro e Minho apresenta níveis de produção relativamente superiores ao que seria de esperar atendendo a que o número de unidades produtivas representa apenas 5% do total do Continente.

A justificação para esta situação poderá ser uma estrutura do tecido produtivo com maior predominância relativa de unidades mais bem dimensionadas (escala B) e, talvez também, uma maior intensidade de exploração.

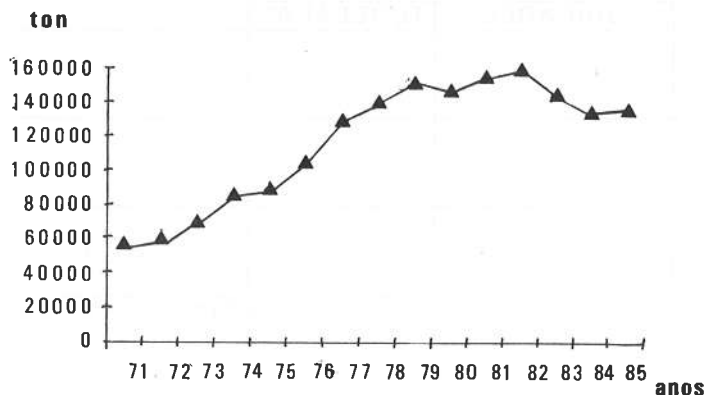
Gráfico 2
Estrutura Sectorial por Região



1.2.1. Evolução da produção

A produção nacional de frango quase triplicou em dez anos (1972-1982) tendo passado de 56 000 t para 158 000 t. Esta evolução ficou a dever-se por um lado, ao aumento do número de aviários e sua progressiva redimensionação e, por outro, a uma comercialização mais cuidada e organizada.

Gráfico 3
Produção de Carne de Frango



Em 1980 registou-se uma quebra na produção que poderá ter tido como causa a substituição do consumo de carne de aves por outras carnes (porco, vaca) em consequência do aumento de poder de compra então verificado.

Também a partir de 1982 se tem vindo a verificar taxas de crescimento negativas desta produção o que parece dever-se aos pronunciados aumentos de preço das matérias primas para rações (cereais) verificados no último trimestre destes anos. Como consequência, o sector de produção de frango viu-se obrigado a adaptações constantes à procura tendo a sua oferta diminuído quase 20% nos 3 últimos anos.

Quanto à produção de carne de perú, ela só se pratica em moldes industriais de há uma década para cá e as suas potencialidades não estão ainda completamente exploradas do ponto de vista zootécnico. Isto apesar dos espectaculares progressos verificados na tecnologia da sua produção que permitiu a obtenção de aves muito especializadas, com peso unitário elevado, grande precocidade, baixo índice de conversão alimentar e rendimento de carcaça superior a 80%.

Uma diferença clara entre esta produção e a produção de carne de frango reside no facto de cerca de 30% do consumo nacional de perú ser satisfeito por importações de perús do dia, o que significa que o parque nacional de reprodutoras apenas satisfaz 2/3 das necessidades. Ainda em 1985 foram importados 905 225 aves das 3 223 704 consumidas internamente, segundo dados publicados pela Associação Nacional dos Avicultores Criadores de Frangos e Outras Aves (ANCRIF). O controlo de importações que se tem vindo a fazer tem, no entanto, salvaguardado os interesses do sector nacional de multiplicação, o qual tem crescido nos últimos 3 anos, tendendo para o auto-abastecimento. Assim o número de reprodutoras que era em 1983 de 36 572 passou a ser em 1985 de 49 499, tendo portanto crescido nestes dois anos cerca de 35%.

ANOS	PRODUÇÃO DE PERUS		TAXA ANUAL DE VARIACÃO DA PRODUÇÃO (EM TON.)
	UNIDADES	TONELADAS	
1983	3 400 000	25 800	
1984	3 000 000	22 800	- 13%
1985	3 200 000	28 700	+ 26%

in "Relatório ANCRIF anos 1983, 1984, 1985"

Atendendo aos dados de consumo de rações para perú (Quadro 3), podemos afirmar que esta produção sofreu um incremento acentuado entre 1978 e 1980 (período durante o qual o consumo de rações quadruplicou), tendo-se registado uma quebra de produção em 1980/81 (estamos aqui a considerar que os reflexos sobre a produção de rações só se fazem sentir no ano seguinte) a qual poderá também dever-se ao fenómeno de substituição de consumos atrás referido, e uma quebra ainda durante o ano de 1983, esta em consequência dos pronunciados aumentos de preço das rações então verificados. Ainda segundo dados da ANCRIF a produção nacional terá aumentado cerca de 34% entre 1983 e 1985 passando de 1 460 959 para 1 955 185 aves.

Quadro 3
Produção de Rações
(1000 Toneladas)

ANOS	AVES	FRANGOS	POEDEIRAS	REPRODUTORAS	PERUS
78	886	506	288	59	13
79	957	555	290	55	27
80	1077	621	322	60	46
81	1049	589	307	68	54
82	997	545	306	71	46
83	984	519	308	66	60
84	868	468	268	63	50
85	910	502	279	53	60

Fonte: IACA
in "Revista Aves e Ovos" Dez. 86

1.2.2. Estrutura de custos de produção

Segundo dados da ANCRIF a estrutura de custos de produção do frango tem evoluído segundo os dados do Quadro 4.

Da sua análise se conclui da importância fundamental dos alimentos compostos enquanto custos de produção (70% dos custos totais).

Nos 6 anos em análise foram os custos com profilaxia e terapêutica, cama e desinfecção e alimentação os que sofreram maiores aumentos, tendo praticamente quadruplicado. No entanto, são precisamente os custos com alimentação os que se tornam mais preocupantes pelo peso que assumem.

Quanto à estrutura de custos de carne de perú ela apresentou nos anos de 1983, 1984 e 1985 a seguinte evolução:

Quadro 4 - Custos de Produção do Frango de Carne *

	1979	%	1980	1981	1982	%	1983 (Março)	1983 (Agosto)	1984 (Junho)	1985 (Março)	%	Δ (85/79)
Alimentação (1)	29,25	66,3%	30,25	40,74	45,8	66,3%	52,5	82	102	109,7	70,8%	375%
Pinto do Dia	8,05	18,3%	9,2	9,17	10,56	15,3%	13	17,3	20,5	24,3	15,7%	302%
Mão de Obra	1,54	3,5%	2,1	1,7	3,8	5,5%	4,3	4,4	5,2	6,3	4,1%	409%
Energia	1,73	3,9%	2,4	2,78	3	4,3%	2,9	3,4	4,05	4,3	2,8%	249%
Profil. e Terap.	0,65	1,5%	0,8	1,05	1,23	1,8%	1,2	1,4	2,016	2,6	1,7%	400%
Cama e Desinf.	0,59	1,3%	0,76	1	1,3	1,9%	1,3	1,6	2,1	2,4	1,5%	407%
Diversos	1,01	2,3%	1,11	1,33	1,4	2,0%	1,4	1,6	2,1	1,9	1,2%	188%
Mortalidade (2)	1,28	2,9%	1,40	1,73	2,01	2,9%	2,30	3,40	3,40	3,40	2,2%	265%
Custo Total/ave	81,59	185,0%	88,83	110,1	127,8	185,0%	145,96	212,94	261,53	286,57	185,0%	351%
Custo Total//Kg.	44,10	100,0%	48,02	59,50	69,10	100,0%	78,90	115,10	141,37	154,90	100,0%	351%

Notas:

1) Alimentação de 1 frango = preço da ração/kg * índice de conversão * peso de frango vivo
 Índice de conversão = 2,45%;
 Peso médio/frango = 1,85 kgs às 7 semanas

2) Mortalidade do frango = 3%;

* Não inclui amortizações nem encargos financeiros

Fonte: ANCRIF

Quadro 5
Custos de Produção do Perú *

	1983 (Março)	1983 (Julho)	1984 (Junho)	%	1985 (Março)	%	Δ (85/83)
Alimentação (1)	488,8	68,0%	786	75,7%	971	75,4%	49,7%
Perú do Dia	130	18,1%	150	14,5%	170	13,2%	4,1%
Mão de Obra	20	2,8%	20	1,9%	24	1,9%	0,4%
Energia	16	2,2%	16	1,5%	20	1,6%	0,4%
Profil. e Terap.	20	2,8%	20	1,9%	25	1,9%	0,5%
Cama e Desinf.	3	0,4%	3	0,3%	6	0,5%	0,3%
Diversos	3	0,4%	3	0,3%	5	0,4%	0,2%
Mortalidade	38,4	5,3%	39,9	3,8%	66,9	5,2%	2,9%
Custo Total/ave (2)	719,2	100,0%	1037,6	100,0%	1287,8	100,0%	58,6%
Custo Total/Kg.	97,2		140,2		174,0		7,9%

Notas:

Fonte: ANCRIF

1) Alimentação de 1 Perú = preço da ração/kg * índice de conversão * peso médio Perú vivo

2) Peso médio/Perú = 7.4 kgs às 18 semanas

* Não inclui amortizações nem encargos financeiros

1.3. Produção de Ovos

A produção industrial de ovos surgiu na década de 50 na região de Viseu e expandiu-se de forma espectacular durante os anos 60, apresentando desde então um ritmo de crescimento mais moderado.

Existem hoje no país cerca de 785 aviários de produção de ovos cuja distribuição regional e dimensão pode ser claramente apercebida no quadro seguinte:

Quadro 6
Aviários de Produção de Ovos

REGIÕES	ESCALÕES				TOTAL	%
	A	B	C	D		
Entre Douro e Minho	4	4	18	36	62	7,9%
Trás-os-Montes			1	7	8	1,0%
Beira Interior	2	1	15	29	47	6,0%
Beira Litoral	4	9	39	441	493	62,9%
Ribatejo Oeste	8	10	56	66	140	17,9%
Alentejo		2	9	16	27	3,4%
Algarve	1	1	1	4	7	0,9%
TOTAL	19	27	139	599	784	
	185			599	784	100%
(em %)	2,4%	3,4%	17,7%	76,4%		
	23,6%			76,4%	100%	

in "Notícias Avícolas", nº 2

Constata-se, pois, que a esmagadora maioria dos aviários de produção de ovos se concentram na região da Beira Litoral, à qual se segue, embora de longe, o Ribatejo Oeste. Estas duas regiões concentram 80% do total dos aviários existentes no País.

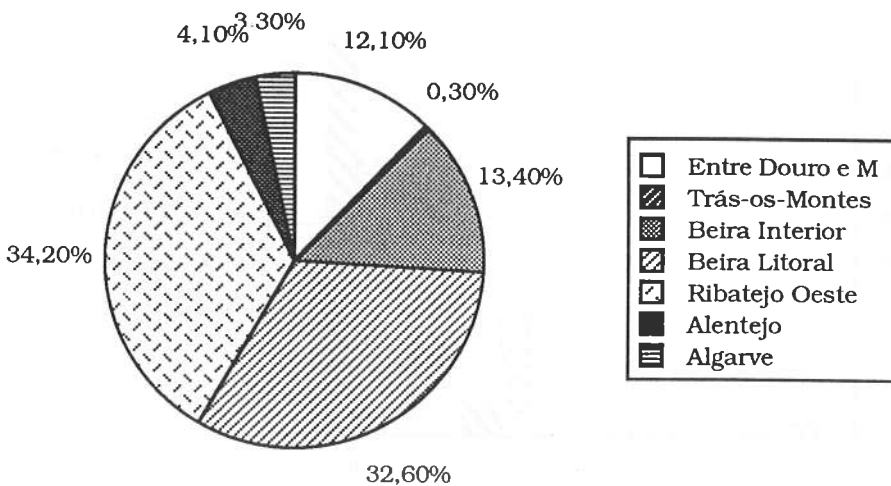
Analisando agora a estrutura produtiva do sector, verifica-se que os aviários de tipo industrial (mais de 5 000 poedeiras) constituem 23,5% do total,

localizando-se 40% no Ribatejo Oeste, 28% na Beira Litoral, 14% Entre Douro e Minho e 9% na Beira Interior.

Quanto à estrutura regional da produção, verifica-se que é o Ribatejo que mais produz, logo seguido da Beira Litoral. Também a Beira Interior e a região Entre Douro e Minho apresentam apreciáveis quantitativos de produção. O facto de o Ribatejo produzir mais que a Beira Litoral quando é esta última que apresenta maior número de aviários, deve-se à maior concentração de produção verificada no Ribatejo. O mesmo é válido para a Beira Interior cujo valor de produção se deve basicamente ao facto de ali se localizar o maior aviário de produção de ovos do país.

Gráfico 4

Efectivos por Região

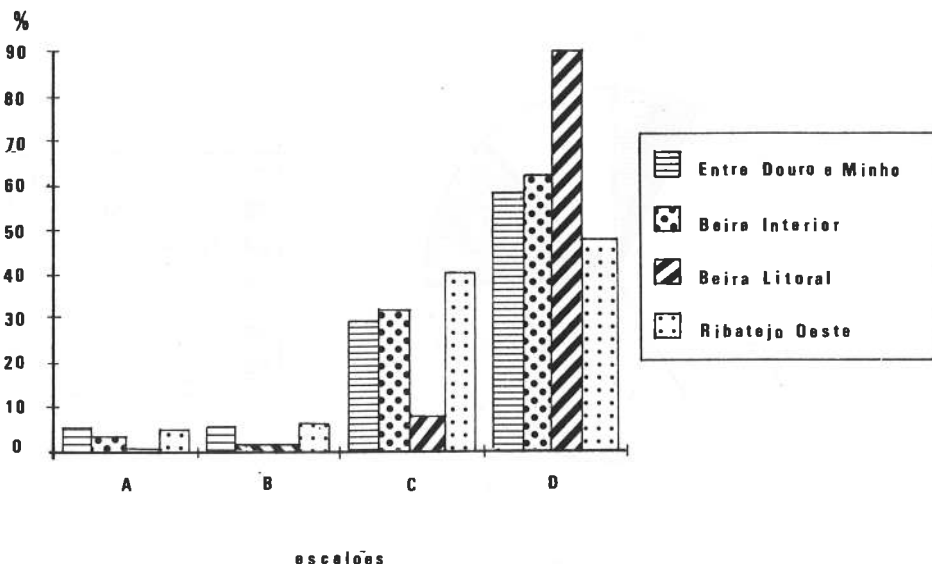


Comparativamente à produção de carne verifica-se que a distribuição regional da produção é mais equilibrada, devido à maior participação da Beira Interior e região Entre Douro e Minho. Estas regiões apresentam relativamente mais aviários industriais de produção de ovos do que de produção de carne. O Ribatejo Oeste e a Beira Litoral apresentam, contudo, também os maiores quantitativos de produção de ovos.

Também a estrutura sectorial regional é mais equilibrada na produção de ovos do que na produção de carne. A região da Beira Litoral apresenta, contudo, um desequilíbrio acentuado pela abundância relativa de aviários de tipo semi-industrial. As outras três regiões consideradas têm uma estrutura sectorial mais equilibrada.

Quanto à participação do "ovo do campo" na produção nacional de ovos, ela tem vindo a diminuir face ao incremento da produção de tipo industrial, estimando-se que actualmente ronde os 20% da produção nacional total. Decorre neste momento por iniciativa da Associação Nacional dos Avicultores Produtores de Ovos (ANAPO) uma investigação tendente a determinar com maior rigor os valores de postura da "galinha do campo".

Gráfico 5
Estrutura Sectorial Regional



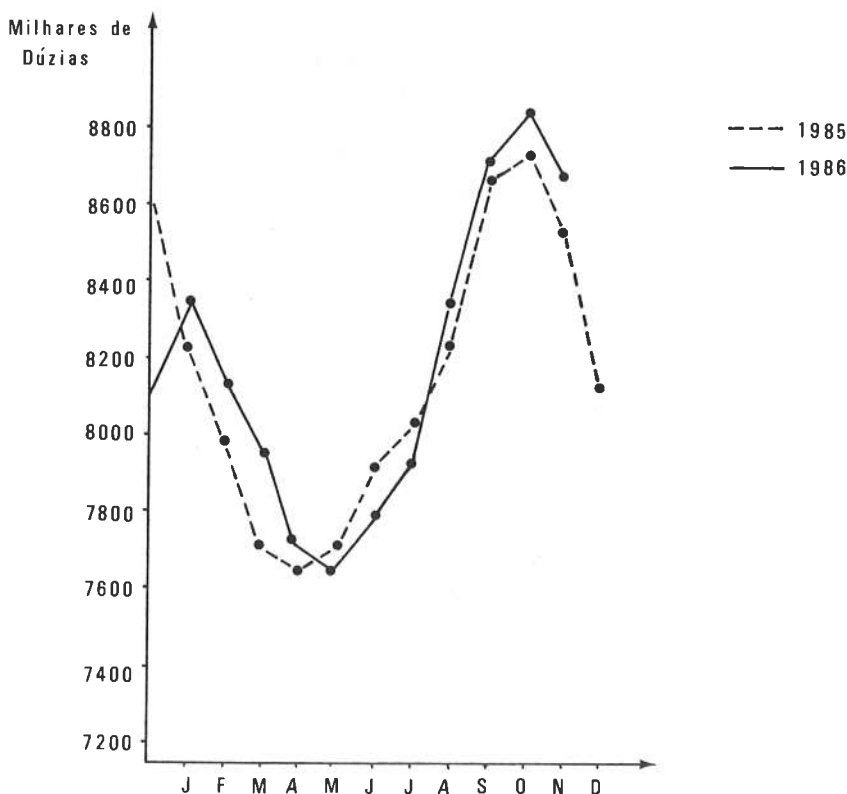
Outra das características da produção nacional a destacar é o facto de 70% da produção consistir em "ovo de côr", o que parece ter que ver, basicamente, com a tradição alimentar portuguesa.

1.3.1 Evolução da produção

A produção de ovos tem uma marcada componente sazonal, apresentando valores mais baixos entre Fevereiro e Maio e mais elevados de Junho a Janeiro. Os preços não acompanham estas variações, tendo comportamento contrário ao que seria de esperar, sendo mais baixos nos primeiros meses do ano, estabilizando durante o Verão e com tendência para subir com a aproximação do Natal, altura em que o consumo aumenta acentuadamente.

Como recurso para o escoamento dos excessos de produção registados a partir da Primavera, os produtores nacionais recorrem ao frio para a armazenagem dos ovos, o que implica quebras do valor comercial do produto em consequência da frigorificação (diminuição do tempo de utilização e perdas de peso).

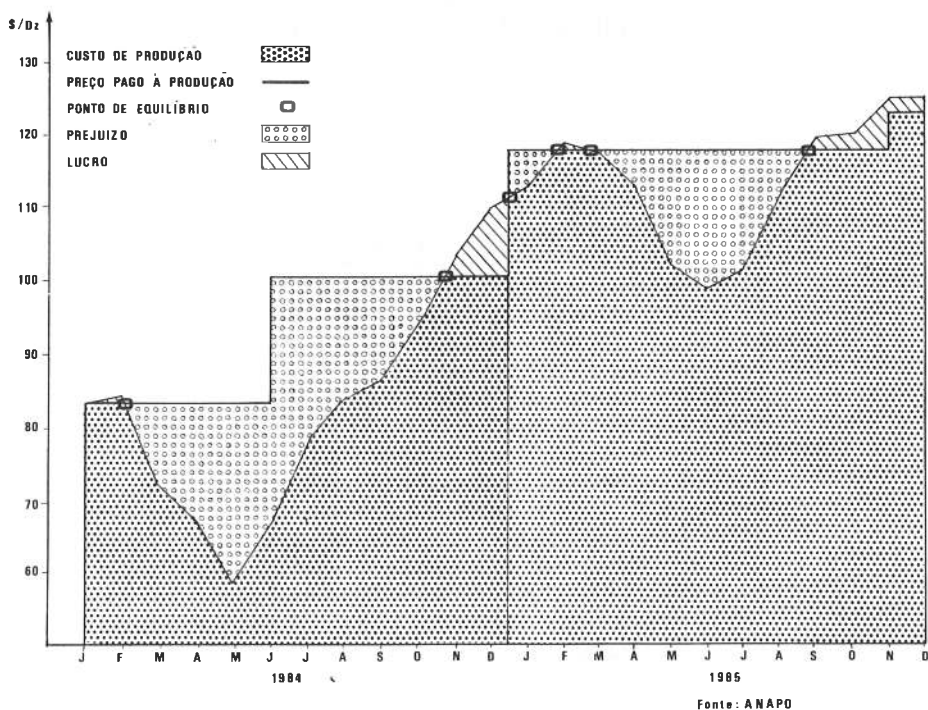
Gráfico 6
Produção Mensal de Ovos



Fonte: ANAPO

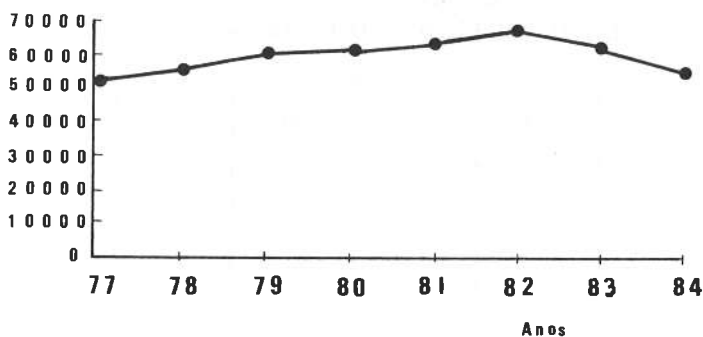
Em 1984 verificaram-se excessos de produção pelo que a oferta registou durante o ano de 1985 uma diminuição que restabeleceu o equilíbrio: abateu-se nesta altura cerca de 19% do parque nacional de poedeiras. Registaram-se, pois, neste período, elevados prejuízos para a produção nacional.

Gráfico 7
Preço Pago à Produção vs Custo de Produção



Entre 1977 e 1984 a produção nacional de ovos evoluiu do seguinte modo:

Gráfico 8
Produção de Ovos



Fonte: ANAPO

Já entre 1984 e 1986 foi a seguinte a evolução registada:

Quadro 7

(Milhares de Dúzias)

Produção Intensiva de Ovos	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	1º Sem.	2º Sem.	Ano
1984	8595	8625	8333	7943	7354	7477	7745	8245	8428	8745	8770	8608	48 327	50 541	98 864
1985	8242	7992	7711	7645	7707	7905	8018	8217	8640	8694	8550	8495	47 202	50 615	97 817
											a)	a)		a)	a)
1986	8346	8122	7807	7594	7796	7940	8330	8657	8902	8983	8983	8902	47 705	52 757	100 467
	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)

a) Estimativa

in "Boletim ANAPO - Nov. 86"

Para 1987 foi previsto um aumento de 5% na produção de ovos.

1.3.2. Custos de produção

Segundo dados publicados pela ANAPO foi a seguinte a estrutura de custos de produção de ovos em 1985/86

Quadro 8
Estrut. custos prod. ovos

Custos	esc.	%	esc.	%	Δ (86/85)
Ave	30,00	23,2%	32,5	23,4%	2,1%
Alimentação	83,00	64,1%	89,5	64,5%	5,6%
Pessoal	2,50	1,9%	2,5	1,8%	0,0%
Electricidade e água	1,00	0,8%	1,13	0,8%	0,1%
Profilaxia/veterinária	1,00	0,8%	1,13	0,8%	0,1%
Amortizações	2,50	1,9%	2,68	1,9%	0,2%
Encargos Financeiros	3,50	2,7%	3,41	2,5%	-0,1%
Diversos	6,00	4,6%	6	4,3%	0,0%
Venda de aves	-12,50		-13,68		-1,0%
TOTAL	117,00	100,0%	125,17	100%	7,0%

Fonte: Revista "Notícias Avícolas", nº 15

Como se verifica, a estrutura de custos é muito semelhante à da produção de carne.

Os custos de produção de ovos têm-se mantido desde 1983 cerca de 17.5% mais altos em Portugal do que na CEE. Em 1985 esta diferença foi de cerca de 22%. Para tal contribuem basicamente os elevados preços dos cereais (em consequência do sistema de fixação de preços em Portugal) e também da franga criada. A tendência não vai no sentido de melhorar a situação mas sim no do seu agravamento. É evidente que, a manter-se esta situação (em conjunto com índices de conversão superiores aos europeus devido a má

qualidade das rações e deficiente manejo), virão a criar-se sérias dificuldades à produção portuguesa dentro de curto espaço de tempo.

Em 1992 terão que passar a ser aplicadas também no nosso país as normas recentemente aprovadas pela CEE sobre o "bem estar das aves", que exigem para as explorações em bateria um espaço mínimo de 450 centímetros cúbicos por ave. Para tal a CEE porá à disposição de Portugal fundos para a reconversão das explorações que não obedeçam ainda a estas normas.

1.4. Eficiência Produtiva

A produtividade é, nesta como em qualquer actividade económica, o instrumento mais fiel de medida da eficiência técnica e económica. Mas o que significa "produtividade" na produção de avícola? Podemos defini-la como "o máximo número de kg de carne/ovos produzidos por unidade de superfície, ao menor custo".

Uma vez definida interessa saber quais os factores de que depende. Eles são basicamente de dois tipos:

- optimização dos factores de produção como sejam o capital fixo (pavilhões, equipamentos) e a mão de obra.
- a optimização do uso de matérias primas e subsidiárias (aves, rações, combustíveis).

Atendendo a que os custos com os alimentos compostos, mão de obra e energia são determinados oficialmente e rígidos à baixa, apresentando nos últimos anos aumentos de preço acentuados, facilmente se depreende da importância da intervenção ao nível da rentabilização do capital fixo e da matéria prima propriamente dita.

No que toca aos pavilhões e equipamentos a sua importância tem que ver fundamentalmente com o desempenho ao nível da manutenção de um meio climático e ambiental adequado às exigências fisiológico-produtivas das aves. Assim a localização (local de implantação, orientação, dimensões, isolamento) e o tipo e estrutura dos pavilhões (com consequências sobre as condições ambientais: temperatura, isolamento térmico, humidade, ventilação, luminosidade e pureza do ar) condicionam o conforto e higiene das aves, elementos decisivos da "performance" do animal.

Quanto à matéria prima, o aumento da sua eficiência tem que ver, basicamente com o potencial genético do pinto e com outros factores a ele externos (técnicas de produção). No que se refere ao potencial genético (capacidade da ave para produzir carne) ele decorre do material genético herdado dos pais através de cuidadosos processos de selecção. A esta se devem, em muito, os extraordinários ganhos de produtividade registados na avicultura. Os quadros seguintes ilustram bem o que acaba de ser dito.

Quadros 9 e 10

Evolução crescimento e índice conversão alimentar

Ano	Dias para 1.8 Kg	Índice Conv. Alim.
1948	95	3,84
1958	81	2,25
1968	57	2,10
1973	53	1,93
1978	45	1,85
2000	35	1,60

Idade abate, crescimento e índice de conversão (evolução)

- MAINE -

Anos	1952	1962	1972	1977	1982
Idade abate (dias)	80	65	60	53	46
Peso vivo (Kg)	1,522	1,709	1,813	1,840	1,818
Índice de Conversão	3,17	2,15	2,03	1,95	1,80
Viabilidade		96,5	96,5	96,5	96,5

in "Notícias Avícolas", nº 8

No domínio de produção de carne a selecção é feita fundamentalmente em função de características como:

- precocidade (velocidade de crescimento)

- índice de conversão alimentar (quantidade de alimento necessário para que uma ave aumente 1 kg de peso vivo)
- vitalidade e rusticidade
- conformação e rendimento da carcaça

Hoje, as raças e variedades têm pouca importância relativa uma vez que as aves mais produtivas são "produtos sintéticos" (estirpes ou híbridos comerciais) resultantes de cruzamentos entre raças e variedades distintas.

A tendência actual neste domínio vai no sentido de recorrer a reprodutoras anãs porque necessitam de menos alimentos, têm elevada capacidade de postura e, se cruzadas com machos normais, produzem pintos com características semelhantes aos produzidos por outras reprodutoras. Isto é importante porque o peso do pinto à nascença é determinante do seu crescimento, influenciando assim o seu peso ao abate. O sector da multiplicação é, aliás, um dos mais importantes em avicultura industrial pelo que exige especial atenção no que toca às condições higiénico-sanitárias dos centros de incubação e à preparação específica do pessoal que ali trabalha.

Também a qualidade das rações, nomeadamente o seu teor proteico e vitamínico são muito importantes influenciando o índice de conversão e velocidade de crescimento. Na verdade, as modernas estirpes para atingirem o seu máximo rendimento potencial exigem tipos de nutrição específicos. A conservação da ração é também preocupação a ter (protecção contra o calor, humidade, roedores, prazo de validade).

As condições de manejo são outro factor fundamental na medida em que a higiene e desinfectação são em avicultura factores decisivos da rentabilidade conseguida. Daqui decorre a importância de uma boa preparação do pessoal e de assistência técnica qualificada. É que deficientes condições de manejo podem traduzir-se em enormes perdas (atrasos no crescimento, aumento do índice de conversão, aumento da mortalidade, aumento das doenças e gastos em medicamentos, reduções na postura, baixa qualidade do produto final, etc.).

2. Procura

O elevado valor alimentar dos produtos avícolas em conjugação com a modicidade dos seus preços fazem deles aquilo a que se costuma chamar a "proteína social".

Quadro 11
Comparaison de l'intérêt économique
de l'apport nutritionnel de différentes viandes

		Energy	Protein	Fat
Ensemble aliments	All Foods	100	100	100
Volailles	Poultry	32	142	36
Boef, veau	Beef and Veal	31	88	49
Mouton, agneau	Mutton and Lamb	52	78	104
Porc	Pork	51	90	97

(d'après bowman)
in "Revista l'Aviculteur", nº 472

Em Portugal o consumo actual de carne de aves representa cerca de 50% do consumo total de carne contra 30% na vizinha Espanha e 15% na CEE. Quanto ao consumo de ovos ele é, actualmente, de 140/hab/ano em Portugal contra 349 em Espanha e 240 na CEE.

Segundo números do Ministério da Agricultura Pescas e Alimentação, é a seguinte a estrutura do consumo de carne de aves em Portugal:

carne de frango	16 kg
carne de galinha	5.5 kg
carne de pato.....	0.7 kg
carne de codorniz	1.8 kg
Total	24 kg

Assim, o consumidor nacional privilegia a carne de frango, a qual no entanto, tem vindo a perder terreno face não só ao acentuado aumento de consumo de peru recentemente verificado como também devido às desconfianças manifestadas pelo público relativamente à qualidade da carne de frango de aviário. Na verdade é comum uma atitude negativa relativamente àquela carne com base no argumento da incorporação no produto de elementos químicos nocivos à saúde, nomeadamente hormonas. Esta atitude poderá ser modificada através de adequadas campanhas de informação junto do público consumidor, uma vez que não parece ser consistente.

É, pois, possível que o consumo de carne de frango venha a aumentar uma vez convenientemente dissipadas as reservas sobre a sua qualidade e, também, se houver a preocupação de diversificar e melhorar a apresentação do produto. A imagem de marca, importante como é, pode vir, neste contexto, a desempenhar papel de relevo.

Seja como fôr, a evolução do consumo de carne de frango depende muito das condições socio-económicas de cada momento e da evolução dos preços dos seus sucedâneos (carnes de bovino, suíno e perú).

Quanto ao consumo de perú, ele tem vindo a aumentar, tendendo a tornar-se muito popular nomeadamente quando se apresenta em porções (bifes, pernas, asas, etc.). Prevê-se ainda crescimento favorável para a sua produção (embora de forma menos acentuada do que nos últimos anos) até porque começa a ser muito procurado pela indústria agro-alimentar para o fabrico de fiambre, salsichas, etc. Tudo leva pois a acreditar em perspectivas favoráveis para este produto.

Consumos de Carne de Perú em 1980 (kgs/hab/ano)

Itália	3.9
França	3.2
Irlanda	2.9
R. Unido	2.0
Portugal	1.8
Bélgica	1.5
RFA	1.5
Holanda	0.5
Dinamarca	0.2

Fonte : Revista "Notícias Avícolas", nº 2

Já no que toca aos ovos o consumo nacional é cerca de metade do consumo comunitário e quase 3 vezes inferior ao consumo médio em Espanha. Assim sendo, os valores nacionais aproximam-se mais dos verificados nos países do terceiro mundo do que dos valores característicos de países desenvolvidos. Esta situação é tanto menos compreensível quanto se trata de um produto com alto valor nutritivo, especialmente se tivermos em conta a modicidade do seu preço comparativamente a outros produtos de riqueza proteíca assemelhável. Este é um problema que releva da estrutura dos hábitos alimentares dos portugueses e que é susceptível de resolução por intermédio de campanhas de promoção adequadas. Foi aliás este o espírito que presidiu a uma campanha de promoção levada a cabo pelas associações representativas do sector (Associação Nacional dos Avicultores Produtores de Ovos -ANAPO- e Associação Portuguesa dos Aviários de Multiplicação -APAM) em conjunto com a Junta Nacional de Produtos Pecuários e a Direcção Geral da Comunicação Social cujos resultados se esperava viessem a traduzir-se num aumento de consumo na ordem dos 5%. Não foi porém isso o que se verificou, tendo-se registado de 1985 para 1986 um aumento de consumo per capita de

apenas 1.3% (de 138.6 para 140.4). Segundo a ANAPO o insucesso relativo da referida campanha parece ter-se ficado a dever a uma certa dispersão e falta de sequência que a caracterizou.

Para 1987 estava previsto um aumento de consumo para as 145 unidades per capita.

Se é verdade que actualmente o mercado nacional garante o escoamento de toda a produção avícola nacional (ainda que com manifestas flutuações sazonais e conjunturais), nada garante que no futuro a situação se mantenha. Torna-se fundamental adoptar medidas tendentes a garantir a manutenção de um mercado adequado para a produção nacional, nomeadamente porque iremos ser dentro de alguns anos, confrontados com a concorrência, em pé de igualdade, da produção dos outros países da Comunidade^(*), cujo nível de desenvolvimento do sector é superior ao nosso: os países europeus (incluindo a Espanha) produzem a preços inferiores e em condições técnicas vantajosas (índices de conversão inferiores). Na base deste estado de coisas está, entre outros factores, o facto de a comercialização dos cereais ser em Portugal monopólio estatal o que faz com que os preços sejam decretados pelo Estado, sendo claramente mais altos do que o que aconteceria em condições normais de concorrência.

Tudo parece pois indicar ser de toda a conveniência, para os produtores nacionais, a procura de possíveis mercados externos em simultâneo com esforços de alargamento do mercado interno. Ora, tal só é possível através da implementação de técnicas de marketing adequadas e da diversificação e melhoria da apresentação dos produtos em simultâneo com preocupações de qualidade, sem o que a produção nacional não resistirá à concorrência da produção europeia, mais competitiva e com tradição na promoção eficiente dos seus produtos.

3. Distribuição

3.1 Carne de aves

Em Portugal os circuitos comerciais de carne de aves apresentam-se segundo uma de duas cadeias alternativas:

1. Produtor - centro de abate - retalhista - consumidor

ou

2. Produtor - centro de abate/grossista - retalhista - consumidor.

^(*) A abertura do mercado à produção comunitária será progressiva uma vez que Portugal optou por um regime de adesão por etapas para o sector. Assim, nos primeiros 5 anos as importações serão contigendadas.

Quando a produção é feita de forma integrada, aparece normalmente associada a um centro de abate, com ou sem rede de comercialização.

Segundo dados publicados por A. Marchante na Revista Notícias Avícolas, é a seguinte a participação dos diversos intervenientes na distribuição e comercialização do frango:

Do centro de abate para
comércio grossista - 90%
comércio retalhista - 10%, dos quais 4%
para supermercados e 6% para mercados e
similares.

Os centros de abate de aves, situam-se, de modo geral, próximo das regiões produtoras.

Actualmente a apresentação e comercialização da carne de aves e suas miudezas comestíveis é feita nos termos do D.L. nº 302/79 de 18 de Agosto, o qual revogou o Despacho Normativo de 10 de Março de 1961 e veio responder a exigências de defesa da saúde pública e dos interesses do consumidor. Nos termos daquele texto legal, entende-se por carcaça "o corpo da ave depois de sangrado, inteiramente depenado, retiradas as vísceras e órgãos, cabeça, pescoço e extremidades distais abaixo das articulações tíbio-metatarsicas", tendo em conta a apresentação que é descrita no anexo II daquele Decreto Lei, a seguir reproduzido. Consideram-se miudezas comestíveis a moela, coração, fígado e pescoço.

ANEXO II

Apresentação das carnes frescas ou refrigeradas e congeladas, exceptuando as das espécies cinegéticas criadas em cativeiro.

Cabeça	Retirada por corte ao nível da articulação occipitatlóidiana.
Pescoço	Separado da carcaça por corte à entrada do peito e desprovido de pele.
Carcaça	Sem vísceras, que foram extraídas através do orifício pericloacal.
Pulmões	Extracção completa.
Órgãos genitais ...	Extracção completa nas aves adultas.
Rins	Sem rins e gordura cavitária.
Pele	Sem pernas.
Patás	Separadas por corte ao nível da articulação tibiometatarsica, ficando visível a superfície articular da tíbia.
Miudezas	Ceração, moela, fígado e pescoço sem pele, acondicionados num saco de película impermeável à água e ao vapor de água, que acompanhará a carcaça.

Quanto à classificação das carcaças, ela é feita nos termos do anexo III, que também aqui reproduzimos (página seguinte).

A carne de aves só pode ser comercializada para consumo público quando proveniente de centros de abate legalizados e com inspecção sanitária assegurada, sendo proibido o abate em mercados municipais ou regionais. Assim, aos centros de abate cabe:

- receber as aves vivas
- abatê-las e prepará-las
- fazer a respectiva inspecção sanitária, classificação comercial, identificação e marcação (as carnes aprovadas pela inspecção sanitária terão aposta a respectiva marca comprovativa)
- proceder à refrigeração e congelação, quando fôr caso disso
- proceder ao acondicionamento nas embalagens de distribuição
- fazer a armazenagem frigorífica
- tratar os produtos, quando necessário
- tratar os subprodutos, quando aconselhável.

O mesmo texto proíbe a comercialização de carcaças com "apresentação tradicional" e daquelas a que não tenham sido retirados pescoços e patas bem como de carcaças com peso inferior a 700 g.

Quanto às embalagens, temos que:

- as embalagens individuais não são recuperáveis
- as embalagens colectivas só são recuperáveis se metálicas, plásticas ou de outro material e só quando a Direcção Geral dos Serviços Veterinários as considere de fácil limpeza e desinfecção.

As embalagens não são permitidas sempre que:

- transmitam às carcaças substâncias nocivas à saúde,
- tornem a carne imprópria para consumo,
- alterem as características organolépticas.

As embalagens devem designar e classificar o produto, indicar o seu peso, marca comercial, denominação e localização do centro de abate.

Referindo agora o transporte, ele deve ser feito em viaturas frigoríficas quando se trate de produtos congelados e em viaturas isotérmicas ou refrigeradas se se tratar de produtos refrigerados.

Os estabelecimentos de venda são obrigados a manter as carnes em dispositivos frigoríficos adequados, isoladas de produtos que lhes possam transmitir odores ou sabores anormais e fora do contacto com outros produtos, nomeadamente carne de outras espécies.

ANEXO III
Classificação das carcaças

Características	Classe A	Classe B
Conformação	Normal	Normal.
Quilha	Direita e não saliente	Saliente, curvada ou ligeiramente torcida.
Dorso	Normal, com ligeira curvatura	Moderadamente convexo.
Asas	Normais	Ligeiras deformações.
Carne	Caracteres organolépticos normais da espécie (sabor, cheiro, textura e tenrura), bom revestimento e peço amplo e largo.	Caracteres organolépticos normais da espécie, revestimento de carne do peito e das pernas suficiente.
Gordura de cobertura	Uniformemente revestida de gordura por baixo da pele em toda a carcaça.	Suficiente gordura no peito e nas pernas para que não se note a carne debaixo da pele.
Canudos e penugem	Não devem ter	São permitidos alguns canudos e alguma penugem disseminados pela carcaça.
Pele	Não são permitidos cortes, rasgões e perdas de pele. Sem queimaduras pelo frio ou pelo escaldão.	São permitidos alguns cortes, rasgões ou perdas de pele, desde que não seja no peito e nas pernas. Poucas zonas de queimaduras pelo frio ou escaldão, não maiores que 1,5 cm de diâmetro.
Ossos	Desarticulados ou partidos não são permitidos.	Não são permitidos mais de dois ossos desarticulados e um partido, que podia ser exposto.
Partes que podem faltar	Nenhuma	Pontas das asas.
Zonas hemorrágicas	Só é permitida a ponta das asas ligeiramente sangrenta ou hemorrágica, considerando-se como tal quando a coloração dada pela acumulação sanguínea não é muito intensa e não ultrapassa a zona metacarpiana.	
Quantidade de água absorvida durante a preparação.	A carcaça não deverá conter mais de 6 % de água absorvida.	
Coágulos e líquidos sanguíneos dentro da carcaça.	Não são permitidos.	

Nota. — Nos frangos, a cartilagem do externo não está ainda ossificada.

Estas são algumas de entre as disposições constantes no Regulamento da Apresentação e Comercialização das Aves, Suas Carnes e Miudezas.

3.2. Ovos

A cadeia de comercialização de ovos é como se segue:

- Produtor - centro de inspecção e classificação - grossista - retalhista,
ou
- Produtor - centro de inspecção e classificação/grossista - retalhista.

O circuito de comercialização caracteriza-se, no entanto, por elevado número de produtores que comercializam, eles próprios, o seu produto.

Actualmente existem cerca de 80 centros de inspecção e classificação de ovos (CIC) no nosso país. A capacidade e, especialmente, a distribuição regional dos C.I.C. (concentração junto dos maiores centros produtores), não cobre as necessidades de tratamento do produto, estimando-se ainda em cerca de 30% o total dos ovos comercializados que não passam pelos C.I.C. Este valor tende, no entanto, a diminuir, não só em consequência da nova legislação como pelos esforços que a Direcção Geral de Inspecção Económica tem desenvolvido nesse sentido.

Ao C.I.C. cabe um papel muito importante uma vez que é da sua total responsabilidade tudo o que diz respeito à saúde, higiene e apresentação do produto, o que é tanto mais crucial quanto se trata de um produto altamente perecível.

A distribuição e comercialização de ovos é regulamentada pelo D.R. nº 49/81 de 15 de Outubro e D.R. nº 27/82 de 18 de Maio, o primeiro dos quais instituiu o Regulamento de Apresentação e Comercialização dos Ovos. Esta legislação veio ajustar a regulamentação nacional à regulamentação comunitária desta matéria.

Nos termos daquele Regulamento cabe aos centros de inspecção e classificação inspecionar e classificar os ovos por categorias de peso e qualidade.

Os ovos são classificados em 3 categorias:

- categoria A - ovos frescos
- categoria B - ovos de segunda qualidade ou conservados
- categoria C - ovos desclassificados, destinados à indústria de alimentação humana.

Quadro 12

	Categoria A	Categoria B
Casca e cutícula	normal, limpa, intacta	normal, intacta
Câmara de ar	imóvel, não ultrapassando 6 mm de altura	não ultrapassando 9 mm de altura
Clara	translúcida, límpida, consistência gelatinosa, isenta de corpos estranhos de qualquer natureza	translúcida, límpida, isenta de corpos estranhos de qualquer natureza
Gema	visível à miragem apenas sob a forma de sombra, sem contorno aparente, não se desviando sensivelmente da posição central em caso de rotação do ovo, isenta de corpos estranhos de qualquer natureza	visível à miragem apenas sob a forma de sombra (característica não exigida para os ovos conservados pela cal) e isenta de corpos estranhos de qualquer natureza
Cicatricula	desenvolvimento imperceptível	desenvolvimento imperceptível
Odor	isenção de cheiros estranhos	isenção de cheiros estranhos

As características das classes A e B apresentam-se no quadro 13, sendo considerados ovos de categoria C todos os que não respondem àquelas exigências, nomeadamente os ovos incubados, estes desde que:

- sejam marcados antes de colocados em incubação
- não estejam fecundados e se apresentem perfeitamente claros à miragem

- a sua câmara de ar não ultrapasse 9 mm de altura
- não tenham permanecido mais de 6 dias na incubadora
- não tenham sido tratados com antibióticos
- se destinem a ser desprovidos de casca, com vista à fabricação de produtos pasteurizados

Os ovos desta categoria só podem destinar-se à indústria.

Os ovos da categoria A podem considerar-se como "EXTRA" desde que a sua câmara de ar tenha altura inferior a 4 mm no momento da inspecção e classificação.

Dentro das categorias A e B foram consideradas 7 classes de peso começando em peso unitário igual ou superior a 70 g e decrescendo sucessivamente por classes de 5 g até ao limite de peso unitário igual ou inferior a 45 g.

O mesmo texto define as marcas distintivas de cada categoria e classe, que serão sempre impressas a tinta vermelha, indelével, resistente à cozedura e sujeita às disposições legais sobre o emprego de corantes nos produtos que se destinam à alimentação humana.

As embalagens deverão indicar:

- designação da entidade que classificou os ovos
- nº do centro de inspecção e classificação
- categoria, classe e nº de ovos que contém
- nº da semana de inspecção e classificação
- indicação do processo de conservação quando fôr caso disso

As embalagens deverão ainda ser resistentes aos choques, estarem secas, em bom estado de conservação e limpeza e serem fabricadas com materiais que protejam os ovos de odores estranhos e riscos de alteração de qualidade.

Os ovos industriais deverão apresentar-se em embalagens que especifiquem a sua natureza, com a referência " impróprios para consumo humano".

O transporte e armazenagem devem assegurar protecção contra as diferenças de temperatura.

As disposições constantes da legislação acima mencionada não eram aplicáveis a ovos vendidos directamente ao consumidor pelo produtor na sua própria exploração ou no mercado público local, desde que se tratasse da sua própria produção e os ovos não tivessem sido sujeitos a inspecção, classificação, marcação e acondicionamento nos termos definidos pelo Regulamento.

A partir de 1986 passaram a aplicar-se as últimas alterações à lei da comercialização comunitária dos ovos. De entre elas destacam-se as que respeitam à obrigatoriedade de inscrição nas embalagens da data recomendada para venda e outras referentes à comercialização de ovos produzidos em explorações não intensivas (ovos do campo) e ovoprodutos. Assim, os ovos do campo passam a estar sujeitos a inspecção e classificação obrigatória e serão divididos em 4 grupos consoante as instalações e forma de exploração, a saber: ovo do campo, ovo proveniente de exploração semi-intensiva, ovo de cama e ovo de capoeira. Quanto aos ovoprodutos e possíveis futuras unidades de transformação de ovos ("casseries") serão aplicadas todas as normas já em vigor na CEE.

3.3. As feiras avícolas

Não poderíamos aqui deixar de referenciar o papel das duas grandes feiras avícolas no nosso País: a Feira de Tondela e a Feira de Santarém.

De periodicidade semanal estas duas feiras são o lugar de encontro semanal dos avicultores e funcionam como "bolsas" do sector uma vez que é ali que se determinam os preços dos produtos em cada semana.

PARTE II

A Avicultura na Comunidade Económica Europeia

1. A PRODUÇÃO AVÍCOLA E A P.A.C.

A Avicultura na C.E.E. processa-se no quadro de um mercado de gestão liberal caracterizado pela ausência de mecanismos institucionais e de garantia de preços. A filosofia subjacente a esta prática de regulação económica assenta na responsabilização dos produtores pelo equilíbrio dos mercados e na protecção eficaz da concorrência externa. Daqui decorre necessariamente que é o equilíbrio entre a oferta e a procura que determina o nível de remuneração dos operadores. Ao mesmo tempo o sistema de livre concorrência resulta numa pressão concorrencial que constitui estímulo e aguilhão do progresso e desenvolvimento da avicultura.

A avicultura é definida como um circuito económico integrado em que os diferentes agentes aparecem como elos de uma cadeia cujo funcionamento terá que desenvolver-se de forma harmónica e organizada. Aqui reside, aliás, um dos garantes do manifesto desenvolvimento que a produção avícola comunitária tem sofrido.

1.1. A Organização Comum de Mercado dos Produtos Avícolas

O Conselho de Ministros da Comunidade criou a 13 de Junho de 1967, simultaneamente, as Organizações Comuns de Mercado da Carne de Aves e dos Ovos, cujo âmbito se enumera adiante (1.1.1 e 1.1.2). No contexto daquelas a estabilidade dos mercados e a paridade dos rendimentos dos avicultores são asseguradas por um regime único de trocas que atende fundamentalmente ao facto de a produção avícola depender estreitamente das condições de mercado dos cereais. Isto porque estes constituem a matéria prima por excelência do sector representando cerca de 60% a 70% dos custos de produção, o que permite considerar a carne de aves e os ovos como "cereais transformados".

Ao encarar os circuitos avícolas numa perspectiva integrada, a referida Organização Comum de Mercado (OCM) visa encorajar as iniciativas profissionais e interprofissionais de molde a permitir a adaptação da oferta às exigências do mercado, promovendo uma melhor organização da produção, transformação e comercialização dos produtos.

As disposições adoptadas em 1967 levaram à total marginalização do frango americano do mercado europeu (desencadeando a "guerra do frango"), permitindo à indústria avícola interna a total cobertura das necessidades, registando-se hoje um auto-aprovisionamento de 102% para os ovos e 106% para a carne de aves. Daqui resulta, pois, que os americanos fornecem à Europa milho e soja que esta se encarrega de transformar em aves e ovos.

Ao mesmo tempo, pela abertura das fronteiras dos P.M. desencadeou-se um processo interno de especialização pela racionalização da produção e comercialização.

Actualmente as orientações da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu vão no sentido de encorajar a criação de uma organização interprofissional do sector, destinada a defender eficazmente os interesses da avicultura e, muito particularmente, dos produtores. Simultaneamente a Comissão considera inútil e inoportuno a criação para este sector de uma O.C.M. dotada de mecanismos semelhantes às O.C. M. existentes para outros produtos agrícolas.

Àquela organização interprofissional caberia representar o sector e dar parecer sobre os regulamentos e directivas comunitárias respeitantes à avicultura e às matérias primas respectivas nomeadamente cereais. A organização poderia assim contribuir para evitar a sobreprodução e o conseqüente abaixamento dos preços e promover acções de encorajamento do consumo, ajudando, deste modo, a estabilizar um mercado que actualmente sofre de considerável instabilidade.

1.1.1. Organização comum de mercado dos ovos

Abrange os seguintes produtos:

- ovos das aves de capoeira c/ casca, frescos ou conservados;
- ovos das aves de capoeira desprovidos de casca, e gemas de ovos, para fins alimentares, frescos, desidratados ou conservados, açucarados ou não.

Foram fixadas normas de classificação dos ovos de acordo com a sua qualidade (características da casca, câmara de ar, clara, gema, etc.) e peso. Desta classificação resultaram as seguintes categorias:

- A - ovos frescos (incluem uma sub-categoria: ovos EXTRA)
- B - ovos de 2ª qualidade ou conservados;
- C - ovos desclassificados, destinados à indústria de alimentação humana.

As duas primeiras categorias estão ainda sujeitas a uma classificação em função do peso, em sete classes distintas, começando em peso igual ou superior a 70 gr e decrescendo depois por cada 5 gr até à classe inferior com peso por unidade menor ou igual a 45 gr.

Foram também estabelecidas normas de embalagem, transporte, apresentação, marcação e controle sanitário dos ovos. Estas procuram melhorar a qualidade e facilitar a circulação, o que beneficia produtores, comerciantes e consumidores.

1.1.2. Organização comum de mercado da carne de aves

Abrange os seguintes produtos:

- aves de capoeira vivas;
- aves de capoeira mortas e suas miudezas (excepto fígados) frescas, refrigeradas ou congeladas;
- fígados de aves, frescos, refrigerados, congelados ou em salmoura;
- gordura de aves, não prensada nem fundida, nem extraída com a ajuda de dissolventes, fresca, congelada, salgada ou em salmoura, seca ou fumada;
- gordura de aves, prensada, fundida ou extraída com a ajuda de dissolventes;
- outras preparações e conservas de carne ou miudezas.

Também para as aves é feita uma classificação em função do peso e idade, apresentação e qualidade.

Do mesmo modo foram estabelecidas normas de embalagem, transporte, apresentação, marcação e controle sanitário dos produtos.

1.2. Trocas com o Exterior

De acordo com o princípio de protecção do mercado comunitário, a CEE obriga a que importações e exportações só se concretizem contra a apresentação de um certificado e de uma caução. Tais operações originam, respectivamente, o pagamento de um "prélèvement" e o recebimento de uma restituição.

As disposições relativas às trocas com o exterior foram estabelecidas tendo em atenção que "...o mercado mundial de produtos avícolas se caracteriza de modo mais ou menos constante, por práticas de dumping" (citado in revista "Notícias Avícolas"), das quais se tornava imperioso defender o mercado europeu no sentido de o estabilizar.

A) Importações

O preço mínimo de um produto avícola proveniente de um terceiro país é igual à soma de 3 componentes distintas: preço de "écluse", "prélèvement" e montante suplementar (este só para alguns países).

1. "Prélèvement"

Este é fixado trimestralmente e compõe-se de:

a) um valor igual à diferença entre os preços na CEE e no mercado mundial de uma determinada quantidade de alimento composto (em cuja composição entram o milho, a cevada e a aveia, com diferentes ponderações). A referida quantidade de alimento composto por sua vez, é a necessária à produção de uma unidade (kg) do produto em causa (ovos, carne de ave,...).

b) um valor igual a 7% da média dos preços de "écluse" em vigor para os quatro trimestres precedentes a 1 de Maio de cada ano. Este elemento é fixado anualmente, entrando em vigor a 1 de Agosto de cada ano.

2. Preço de "écluse"

Como o "prélèvement" apenas protege os produtos avícolas na sua componente cerealífera, a regra da preferência comunitária obriga à consideração deste elemento adicional, que conjuga 2 componentes:

a) um valor igual ao preço no mercado mundial de uma determinada quantidade de alimento composto (em cuja composição entram o milho, a cevada e a aveia, com diferentes ponderações), necessária à produção de uma unidade (kg) do produto em causa (ovos, aves, ...) nos países terceiros.

b) um montante "forfaitaire", correspondente aos outros custos de alimentação assim como aos gastos gerais de produção e comercialização.

3. Montante Suplementar

Aplicado sempre que o preço oferta "franco-fronteira" do produto cai abaixo do preço de "écluse". O seu valor é igual à diferença entre aqueles. Não se aplica, porém, sempre que o país terceiro (exportador) garanta que evita desvios de tráfico e que os seus produtos nunca serão oferecidos a preços inferiores aos preços de "écluse".

B) Exportações

A competitividade dos produtos agrícolas nos mercados externos é garantida através de restituições à exportação, iguais para toda a Comunidade mas que podem ser diferentes consoante os países a que se destinam os produtos.

O montante da restituição é, em princípio, igual à diferença entre os preços comunitários e os preços do mercado mundial.

O valor das restituições é fixado trimestralmente de molde a atender à situação e perspectivas de evolução dos preços no sector, evitar desequilíbrios

graves entre a oferta e a procura no mercado comunitário e atender ainda, aos aspectos económicos das exportações em causa.

1.3. Cláusulas de Salvaguarda

Sempre que os objectivos do artº 59 do Tratado de Roma corram riscos de ser violados no que toca ao mercado deste sector, nomeadamente devido a exportações ou importações, podem ser tomadas medidas adequadas (suspensão de export./import., cobrança de taxas na exportação, etc.). Estas medidas só podem ser tomadas por um período de tempo considerado estritamente necessário e são decididas pela Comissão a pedido de um Estado Membro ou por sua própria iniciativa.

Como nota final convém referir que a livre circulação intra-comunitária de produtos avícolas é ainda relativa o que se deve à não harmonização das normas veterinárias e sanitárias em vigor nos diferentes Estados Membros. Esta mesma problemática esteve na origem de um conflito franco-britânico (1981), com consequências nefastas para os avicultores franceses

Este problema que afecta muitos sectores de actividade, obsta à realização de um dos princípios básicos do Tratado de Roma (o da livre circulação dos produtos dentro da Comunidade) e só será inteiramente resolvido quando fôr conseguida a completa harmonização de normas técnicas e sanitárias, o que, não sendo tarefa fácil, é, no entanto, tarefa prioritária pelos enormes prejuízos que dali podem resultar.

2. SITUAÇÃO ACTUAL DO SECTOR NA CEE

Tendo sido no passado uma das mais florescentes produções pecuárias comunitárias, a produção avícola parece tender agora para a saturação do mercado interno da CEE. Isto significa, necessariamente, concorrência acrescida e esforços de alargamento dos mercados externos, para o que se torna absolutamente imperioso aumentar constantemente a competitividade. Este objectivo é conseguido pela via do progresso técnico, modernização das explorações, intensificação da utilização dos recursos, numa palavra, pelo aumento da produtividade.

Pela análise do quadro junto verificamos que no período 1968/1979 a avicultura registou uma taxa média anual de crescimento superior à da produção agrícola comunitária e mesmo à da produção animal. Assim, durante a década de 60 a produção avícola foi o sector da produção animal que registou crescimento mais acentuado, tendo depois sofrido uma certa desaceleração do crescimento já na década de 70.

Quadro 13
TAV das produções agrícolas na CEE
% - preços constantes

Rubricas	1968/1979	1973/1979	1979/1980
Produção Agrícola	2,0	1,6	2,0
Produção Vegetal	1,0	1,2	1,5
Produção Animal	2,0	2,0	2,3
Avicultura	3,0	1,9	2,3
Suicultura	3,0	2,7	2,8
Bovicultura	2,0	1,2	0,4

Fonte: CEE, Rapports sur la situation de agriculture

Reportando-nos agora ao passado mais recente verifica-se que, de forma geral, a produção atingiu um pico em 1982, ano depois do qual a tendência foi para a diminuição das taxas de crescimento. Assim, de uma taxa de crescimento de 5.8% em 1981 para a carne de frango passou-se para 1.6% em 1984 e para 2.7% em 1985.

No que respeita à produção de ovos a evolução tem sido muito diferenciada consoante os países, registando-se crescimento acentuado nos países Baixos, Grécia e França para o período 1970/84 enquanto o Reino Unido e a Dinamarca viram substancialmente reduzidas as suas produções

Quadro 14
Evolução da Produção de Frango de Carne nos Países da CEE

Unidade: Tonelada

ANO	RFA	FRANÇA	ITÁLIA	HOL.	BÉLG. LUXEMB.	GRÁ-BRET.	IRL.	DINAM.	GRÉC.	ESP.	PORT.	TOTAL	% AUMENTO
1973	281	791	796	352	111	663	41	90	105	600	-	3830*	-
1974	266	821	833	328	105	656	38	95	104	608	-	3854*	-
1975	282	825	893	322	104	612	34	90	117	631	-	3910*	-
1976	290	871	900	336	106	662	41	97	122	695	109	4229	-
1977	322	905	916	340	109	681	43	103	117	735	92	4395	+ 3,9
1978	350	963	960	344	104	726	43	98	120	754	107	4569	+ 3,9
1979	365	1036	980	359	102	750	47	100	119	747	149	4754	+ 4,0
1980	374	1136	1007	376	113	748	50	97	120	768	167	4956	+ 4,2
1981	378	1238	1009	410	122	746	45	104	146	885	162	5245	+ 5,8
1982	379	1333	1040	419	134	809	49	110	124	-	154	4555*	-
1983	344	1284	1043	398	126	797	53	112	153	743	142	5195	-
1984	351	1251	1020	410	126	858	52	110	152	828	125	5283	+ 1,6
1985	357	1278	1010	428	130	883	56	115	153	863	136	5427	+ 2,7
1986 (P)	(360)	(1318)	(1010)	(433)	(134)	(890)	(58)	(113)	(152)	(900)		(5503)	+ 1,4

Fonte: ANCRIF, ANPP

(P) - Previsão

* - Deve ter-se em conta que estes totais são obtidos sem uma das parcelas

A adesão de Portugal e Espanha em 1986 significou um acréscimo de cerca de 22% na produção avícola comunitária.

Quadro 15
Evolução da Produção de Ovos nos Países da CEE

Production par pays (millions d'unités)				
	1970	1980	1984	1984/1970
C.E.E.	65 430	68 767	71 045	+ 9%
R.F.A.	15 377	13 480	13 050	- 15%
France	11 230	13 530	14 600	+ 30%
Italie	10 675	11 318	11 300	+ 6%
Pays-Bas	4 602	8 852	11 250	+ 144%
U.E.B.L.	4 481	3 315	3 180	- 29%
Royaume-Uni	15 084	14 031	13 200	- 12%
Irlande	736	571	640	- 13%
Danemark	1 495	1 270	1 325	- 11%
Grèce	1 750	2 400	2 500	+ 43%

Fonte: EUROSTAT, ZMP, IEC, Statistiques Nationales, ITAVI

Do que acaba de ser dito parece, pois, poder concluir-se que o momento actual é de uma certa estagnação para o sector avícola na Comunidade, após um período de crescimento considerável nos últimos anos de 70 e início de 80.

De uma análise do sector desagregada por países resulta que, no quadro europeu, os maiores e mais eficientes produtores avícolas são a França, Itália, Reino Unido, Países Baixos e a Espanha.

Simultaneamente, são também estes os países que apresentam maiores graus de auto-aprovisionamento, como se pode verificar no quadro seguinte, o

que significa que, para os seus produtores, o recurso à exportação reveste importância fundamental.

Quadro 16
Grau de auto-aprovisionamento (%)

RFA	FRA	ITA	PB	B-L	RU	IRL	DIN	CEE
62	126	99	296	85	99	102	231	107

Fonte: CEE, Annuaire de Statistique Agricole

Em termos de mercados extra-CEE verifica-se que têm sido os países do Médio Oriente os principais mercados consumidores dos excessos de produção europeia. Esta situação tende, porém, a alterar-se uma vez que aqueles países têm vindo a desenvolver esforços no sentido da implementação da sua própria produção. Daqui resulta, necessariamente, a procura de mercados alternativos e acréscimo da concorrência intra-comunitária.

Quanto aos potenciais concorrentes dos produtores europeus eles são fundamentalmente os brasileiros e os norte-americanos. Contudo, o sólido sistema de protecção externa garantido pela Organização Comum de Mercado dos produtos avícolas impede aqueles países de penetrarem nos mercados comunitários (pelo recurso aos "prélèvements") ao mesmo tempo que garante o escoamento dos excessos de produção interna para os mercados externos através do mecanismo de restituições.

Quanto às estruturas de produção elas caracterizam-se fundamentalmente pela sua hibridez e carácter dualista. Assim, as grandes unidades produtivas coexistem com pequenas e médias unidades, muitas delas de carácter familiar. Verifica-se, ainda, que as explorações com menos de 20 ha constituem 69% do total e produzem 50% da produção. Daqui decorre que a produção avícola comunitária é, basicamente, uma produção intensiva.

Outra característica importante da produção comunitária é a sua complementaridade relativamente às actividades agrícolas. O carácter essencialmente familiar das explorações (69% do total), coincide com a predominância do regime de ocupação da mão de obra a tempo parcial. As grandes unidades (mais de 50 ha), representam apenas 5% do total das explorações e recorrem relativamente menos a trabalho familiar que as restantes (43% contra uma média de 69%).

Quadro 17
Características da Produção Avícola na CEE
 (%)

Classes Dimensão (ha)		0	0 < 1	1 < 5	5 < 20	20 < 50	> 50	Total
(1) Expl Avico	média	19	19	24	26	18	11	27
	total	0,3	8,0	35,0	34,0	17,0	5,0	100,0
(2) Aves (UG) Unid. Gado		63	42	20	14	7	9	8
(3) Importância do bando		12	9	24	26	18	11	100
(4) Trabalho Familiar		59	83	78	70	67	43	69

Fonte: EUROSTAT

Nos países em que o sector avícola apresenta maior desenvolvimento é, no entanto, característica comum uma organização em "fileiras" que vai desde a selecção à comercialização do produto acabado, com os operadores cada vez mais especializados em cada estágio produtivo.

O progresso técnico, vector fundamental do dinamismo da avicultura comunitária, dirige-se fundamentalmente aos domínios da Alimentação Animal e ao Desenvolvimento Genético. Enquanto o primeiro se reflecte essencialmente na aceleração dos ciclos de produção e aumento da rentabilidade dos efectivos, o segundo traduz-se em aumentos de fertilidade, diminuição dos riscos genéticos e aceleração da progressão do peso.

O progresso dos equipamentos e técnicas de exploração constituem o complemento necessário àqueles factores para a melhoria das produtividades do sector.

A análise da evolução dos índices médios de conversão permite-nos aperceber simultaneamente a evolução verificada na rentabilidades dos efectivos avícolas (de 2.2 em média para os 4 países que apresentam valores para 1970 passou-se em 1977 para um valor médio de 2), e a disparidade de situações para os diferentes países à qual correspondem necessariamente diferentes níveis de rentabilidade e competitividade. Assim, a RFA e a França aparecem em situação claramente vantajosa com índices médios de conversão da ordem de 1.9, logo seguidos dos Países Baixos (1.97) e da Dinamarca (2.05). Em situação mais desfavorável surge a Itália com um valor de 2.5.

Quadro 18
Índices médios de conversão na CEE
(frango de carne) - (Kgs alimento: kg carne viva)

Fonte: USDA, IED

Estados membros	1970	1977	$\frac{1970}{1977} \times 100$
FFA	2.30	1.90	121
FRA	n.d.	1.90	—
ITA	n.d.	2.50	—
P.B.	2.07	1.97	105
B-L.	2.23	2.12	105
R.U.	n.d.	2.20	—
IRL	n.d.	2.20	—
DIN	2.27	2.05	111

Se atendermos agora aos preços praticados, verificamos que têm sido a França, a Espanha e a Holanda os países a praticarem preços inferiores, enquanto Portugal e a Itália aparecem em situação claramente desvantajosa, com preços de produção elevados relativamente à média comunitária. O facto de Portugal ter sido em 1986 o segundo país da Comunidade com preços de produção mais altos em nada abona a favor da nossa capacidade concorrencial nomeadamente com a França e a Espanha, se considerarmos a importância da proximidade geográfica.

Quadros 19 e 20

PAÍSES	PREÇOS DO FRANGO MORTO (SEMANA 13, 1986)	OBSEER
FRA. ESP. HOL. BEL. DIN. RFA. PORT. ITA.	163 Pesetas 185 Pesetas 196 Pesetas 210 Pesetas 213 Pesetas 220 Pesetas 239 Escudos 263 Pesetas	83% Fresco

PAÍS	CUSTO DE PRODUÇÃO DE 1 DUZIA DE OVOS		
	1983	1984	1985 *
FRANÇA	67\$60	83\$34	n/o
REINO UNIDO	73\$00	93\$70	94\$50
HOLANDA	67\$00	86\$00	86\$40
ESPANHA	61\$20	88\$25	105\$80
PORTUGAL	81\$00	100\$00	117\$22

* 1º Semestre

n/o – Não Obtido

in Revista "Aves e Ovos", nº 1

Quanto aos níveis de consumo, tem-se registado progressão acentuada na CEE como a nível mundial, tendência que, aliás, parece persistir. Na verdade entre as décadas de 70 e 80 o consumo de carne de aves aumentou mundialmente cerca de 17% contra um valor de 31% para a CEE.

Também a parte do consumo de carne de aves no consumo total de carne tem vindo a aumentar, independentemente do nível de desenvolvimento dos países considerados. Se é verdade que foi no mundo menos desenvolvido que o consumo relativo de carne de aves mais aumentou não é menos verdade que também na Europa e EUA a carne de aves tem vindo a ganhar terreno às outras carnes. Eis o que pode ser claramente apercebido pela análise dos quadros que se seguem.

Quadros 21 e 22

Evolution de la part des viandes de volailles
par habitant dans le monde (kg/an/habitant)

(Mongin) – (OCDE)

	1973	1985 (1)	Evolution %
Monde	5,4	6,3	+ 17
Pays développés	13,0	15,6	+ 20
Pays en voie de développement	2,2	3,1	+ 41
Amérique Latine	5,3	7,1	+ 34
Afrique	1,4	2,0	+ 43
Proche Orient	2,5	4,6	+ 84
Extrême Orient	0,7	1,0	+ 43
Asie	3,3	4,3	+ 31
OCDE	13,9	18,9 (2)	+ 36
CEE à 10	11,7	15,3 (2)	+ 31
USA	22,5	30,5 (2)	+ 35,5
Japon	6,6	11,8 (2)	+ 79

(1) Prévisions.

(2) 1984 définitifs.

Consommation des viandes de volailles
dans la consommation totale de viande par habitant et par an
(%)

(Mongin)

	Afrique	Améri- que du Nord	Améri- que du Sud	Asie	Europe	Océanie	U. R. S. S.	Monde
1970	11,7	25,9	9,7	14,6	14,9	4,7	8,4	15,9
1980	17,9	31,1	20,7	17,3	18,7	9,4	14,4	20,5
Evolution 70/80 (%)	+ 53	+ 20	+ 113	+ 18	+ 25	+ 100	+ 71	+ 29

(OCDE)

	C.E.E. A 10	U.S.A.	JAPON	O.C.D.E.
1973	14,8	20,2	24,9	18,1
1984	16,8	26,4	31,9	22,4
Évolution 94/73 (%)	+ 13,5	+ 30,7	+ 28,1	+ 23,8

Fonte: "L'Aviculteur", n° 471

No que respeita aos ovos a evolução de consumo foi também francamente positiva, sendo a média de aumento per capita comunitário da ordem de 3.4% entre 1970 e 1984, o que equivale a dizer que em 1984 cada europeu consumia, em média, mais 7.8 ovos do que em 1970.

Quadro 23

	Consommation d'oeufs par habitant		
	1970	1984	1984/1970
C.E.E.	228	239	+ 5%
R.F.A.	281	274	- 2%
France	225	255	+ 13%
Italie	200	204	+ 2%
Pays-Bas	203	204	=
U.E.B.L.	263	240	- 9%
Royaume-Uni	275	237	- 14%
Irlande	216	232	+ 7%
Danemark	178	229	+ 29%
Grèce	220	253	+ 15%

Fonte: EUROSTAT, ZMP, IEC.

Na base desta evolução está o binómio baixo preço relativo/alto valor alimentar dos produtos avícolas.

Actualmente a tendência dos consumos avícolas nos países mais desenvolvidos vai no sentido da preferência pela apresentação diversificada do produto (apresentação em bocados, carne desossada, "pré-cozinhados", etc.) e por produtos mais elaborados e mesmo compostos. A qualidade, exigência de sempre, é também exigência crescente, associando-se muito à imagem de marca.

PARTE III

O Sector Visto Mais de Perto (o distrito de Viseu)

UM POUCO DE HISTORIA DO SECTOR EM PORTUGAL

A produção avícola em moldes industriais iniciou-se no nosso País durante a década de 50 num contexto geográfico muito preciso - o Caramulo.

O surgimento ali desta actividade parece não ter sido mais que mero fruto do acaso o qual poderia da mesma maneira ter "bafejado" qualquer outra região do território nacional.

Os precursores nacionais da actividade foram, ao que parece, uma senhora ali residente e um seu familiar, de origem italiana, o qual terá trazido consigo de Itália a nova actividade ou, sendo mais exacto, a nova prática da actividade.

Esta "importação" não terá nada de surpreendente uma vez que parece ter sido por via semelhante que a disseminação da avicultura se processou em todo o espaço europeu.

De facto a avicultura intensiva surgiu nos EUA no decurso dos anos 30 onde sofreu grande desenvolvimento. Terão sido depois os emigrantes europeus naquele país a trazerem para os seus países de origem a nova prática na mira dos rendimentos que lhes poderia garantir uma actividade que se afigurava promissora.

O surgimento da avicultura no Caramulo aparece, pois, como a sequência lógica de um processo gradual de disseminação.

Poderemos perguntar-nos até que ponto a região de implantação oferecia condições socio-económicas favoráveis ao desenvolvimento da actividade. Tudo parece indicar que de facto a região em causa apresentava condições objectivas favoráveis à avicultura. Assim, tratava-se de uma região essencialmente agrícola com forte subemprego em consequência da pressão demográfica sobre recursos fundiários exíguos. Por outro lado, a economia de mercado praticamente ainda não chegara à região.

Outros factores, inerentes à própria actividade terão certamente exercido o seu papel:

- tratava-se de uma nova actividade com promessas de futuro;
- apresentava um carácter "técnico" quando comparada com a tradicional prática agrícola, pelo que conferia a quem a ela adería conotações de "modernismo";
- desempenhava junto do agente produtor um papel de promoção social, uma vez que surgia como uma actividade susceptível de permitir a passagem de estatuto de agricultor (estatuto socialmente pouco conceituado) para o estatuto de avicultor, afigurando-se este último próximo do de industrial.

A avicultura surgia pois, como uma alternativa muito atraente a uma agricultura sem perspectivas, geradora de diminutos rendimentos.

Para muitos, a constituição na sua exploração agrícola de uma nova fonte de rendimento (o pavilhão avícola) terá surgido como a única alternativa a uma decisão que, de outro modo, se imporá: a emigração.

Não pode, porém, descurar-se o papel determinante que desempenharam as indústrias a montante no desenvolvimento da actividade. Cientes desde o primeiro momento de que o que estava em causa era um mercado promissor para os seus produtos, os produtores de rações cedo enviaram os seus técnicos de Lisboa até Viseu onde estes desempenharam, junto dos "recém-germinados" avicultores, acções de incitação e acompanhamento técnico, acabando assim por organizar o crescimento do sector¹.

Os factores de fixação e desenvolvimento do sector até agora apontados nada têm que ver, contudo, com as vantagens locativas específicas da região. As "condições objectivas" que referimos são tão válidas para o distrito de Viseu quanto o seriam para a quase totalidade do território nacional.

Daqui parece pois resultar uma evidência: a avicultura é uma actividade cuja prática em moldes industriais depende muito pouco das dotações em factores e muito pouco também das condições socio-económicas regionais.

De facto e apesar da manifesta concentração regional da produção (distrito de Viseu e Ribatejo Oeste), a população avícola pulveriza-se um pouco por todo o país.

Esta *capacidade de difusão* que caracteriza a produção avícola releva quer das suas características técnicas quer das suas características socio-económicas, umas e outras combinando-se a favor da adaptabilidade e, conseqüentemente, da disseminação.

Comecemos por atentar nas condições técnicas da produção.

A avicultura industrial é:

—uma produção *artificializada*, independentizada das condições naturais e/ou climáticas;

—caracterizada por uma tecnologia conhecida, imediatamente disponível e facilmente "manuseável";

—dispensa o autofornecimento de matérias primas (ao contrário da produção agrícola tradicional, sua antecessora). Não é mais necessário produzir milho para deter um bando de aves.

Seria, porém, de todo insensato esquecer uma outra dimensão da adaptabilidade da avicultura industrial: a dimensão socio-económica. É que não só podemos encontrar no universo avícola explorações com as mais diversas

¹ Esta é, também, uma situação semelhante à ocorrida noutros países. Na verdade, no momento em que a avicultura "desperta", a ninguém mais interessa o seu desenvolvimento e ninguém mais tem capacidade para orientar e encaminhar o seu crescimento do que as indústrias a montante.

formas institucionais e as mais diversas dimensões técnico-económicas como ainda as podemos encontrar incrustadas num vastíssimo leque de configurações socio-económicas: desde as enormes explorações estatais dos países do leste europeu às pequenas produções familiares de Vouzela ou Oliveira de Frades passando pelas grandes unidades integradas, de gerência assalariada, dos países do norte da Europa as quais podem mesmo ter carácter transnacional.

ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO

A *adaptabilidade* só ganha, porém, o seu verdadeiro sentido se coadunável com exigências de eficácia e rentabilidade, critérios que, afinal, são o garante da sobrevivência de qualquer actividade produtiva numa economia de mercado.

Não basta que a avicultura se revele hipoteticamente adaptável às diversas situações socio-económicas que caracterizam diferentes regiões. É também necessário que estejam garantidos níveis de eficiência semelhantes nos diferentes casos sem o que, em obediência aos mecanismos mais elementares de regulação do mercado, as unidades menos produtivas soçobrarão necessariamente.

É aqui que reside a diferença entre uma "hipotética adaptabilidade" e a "adaptabilidade de facto" no que ao sector avícola diz respeito. É que, maugrado a diversidade de situações técnicas e socio-económicas, os níveis de eficiência produtiva registados não variam significativamente: quer o investimento por ave quer a qualidade do produto final variam relativamente muito pouco quando passamos das grandes explorações para as pequenas unidades produtivas. Não queremos com isto dizer que as diferenças de custos de exploração não existam. O que acontece é que as estruturas de funcionamento do sector permitem que estas diferenças, já de si pouco significativas, não ponham em causa a coexistência de pequenas e grandes explorações.

Só assim se pode compreender a *universalidade* da avicultura que persiste em coexistir com uma flagrante diversidade de sistemas de exploração.

Este constitui, aliás, o maior factor de surpresa no devir do sector. Aqui se materializam as desilusões daqueles que há três décadas atrás viram na industrialização da avicultura a esperança de profundas reformas estruturais no mundo agrícola e o motor de transformação da agricultura camponesa numa actividade capitalista moderna.

Nascida do nada, a avicultura "industrial" parecia, na sua génese, preencher todas as condições para se transformar numa actividade "racionalizada", orientada pelos estritos critérios orientadores das explorações de tipo capitalista, destinada, portanto, a uma evolução semelhante à sofrida por outros sectores industriais no sentido da concentração das unidades produtivas e da criação de uma mentalidade empresarial orientada em função do objectivo "lucro".

A avicultura industrial parece realmente reunir as condições técnicas necessárias e suficientes para a passagem a uma racionalidade capitalista. O facto de a produção intensiva de aves supor uma marcada especialização de tarefas nos diferentes níveis da fileira avícola - selecção, multiplicação, incubação, produção de alimentos e produtos profilácticos, produção das aves/ovos, matadouros - fazia crer na evolução do sector no sentido da sua

concentração e conseqüente recurso a trabalho assalariado, assimilando formas de regulação tipicamente capitalistas.

Vinte e cinco anos passados, contudo, provaram que as expectativas "industrializantes" não eram tão fundadas como terá parecido inicialmente. Ontem como hoje as pequenas explorações avícolas familiares existem e convivem airoosamente com as grandes unidades integradas .

O facto de a realidade apresentar um quadro tão desconcertante relativamente ao previsto só parece explicável pela estreita interconexão entre avicultura e agricultura. Esta é uma característica tão marcante do sector em Portugal (e não só) que parece lícito afirmar que "a avicultura não sabe viver só". E isto apesar da aparente inexistência de condicionalismos técnico-económicos que o justifiquem.

A inegável *indissociabilidade entre as actividades avícola e agrícola* evidencia-se claramente no facto de serem diminutas as explorações avícolas "sem terra" i. é, em que a agricultura é a fonte de uma parcela (maior ou menor) dos rendimentos da exploração. Daqui resulta que a avicultura desempenha funções muito dissemelhantes no contexto global da exploração consoante o sistema de exploração em que se enquadra, sendo ora o núcleo económico da exploração ora uma actividade secundária cuja função é apenas de complementação dos rendimentos agrícolas, ora "a " produção ora "uma" entre outra(s) produções.

O estudo, no nosso País, destas riquíssimas inter-relações no contexto de diferentes sistemas de exploração pressuporia, contudo, uma base estatística de que estamos longe de dispôr. Seria necessário conhecer a dimensão económica das explorações avícolas, o peso naquelas das explorações com e sem terra e, dentro das primeiras a importância relativa dos rendimentos de exploração provenientes de cada uma das actividades. Só então estaríamos em condições de poder conhecer realmente o sistema de inter-relações que se estabelecem entre as duas actividades.

Uma mera classificação das explorações em "escalões" de dimensão, definidos apenas em função do número de aves anualmente produzidas é informação muito pouco fecunda se não puder cruzar-se com informação complementar sobre a dimensão e natureza das explorações enquanto unidades globais, encaradas como um todo que resulta da simbiose de várias actividades.

Só a informação cruzada permitiria, por exemplo, distinguir e caracterizar avicultura "artesanal", "intensiva" e "industrial" no que ao nosso País diz respeito, bem como determinar o grau de especialização das unidades produtivas nacionais² .

² De acordo com as definições propostas por P. Saunier e B. Schaller na sua obra "L'Aviculture Française 20 Ans Après", temos:

- avicultura artesanal: corresponde às capoeiras de quinta, geridas de forma tradicional, inseridas em explorações com actividades diversas e cuja produção se destina principalmente a auto-consumo;

No actual estado de informação pouco mais é possível do que especular sobre as condições da avicultura nacional e, porque é essencialmente isso que aqui nos ocupa, sobre as condições da avicultura no distrito de Viseu.

É verdade que sabemos que as explorações com 1 000 - 1500 pintos estão progressivamente a desaparecer substituídas por outras produções (bovinos, por exemplo, em Oliveira de Frades). Mas qual é o significado do fenómeno? Estaremos a assistir ao súbito dismantelar das formas "artesanais" de avicultura? O que é que determina em Oliveira de Frades a substituição dos efectivos avícolas por efectivos leiteiros? Estarão em causa apenas critérios de rentabilidade económica?

As pequenas explorações avícolas, muito frequentemente de vocação "pára-queda" (usando uma expressão corrente no sector) são frequentemente apontadas como factor de instabilidade do mercado e como uma das razões para as frequentes crises do sector. O seu desaparecimento significará a ocorrência de um movimento de relativa regularização que tarda no sector em Portugal?³

Uma outra via fecunda de caracterização do sector seria a do estudo da natureza do trabalho que ele emprega. Importaria conhecer os quantitativos de recurso a trabalho assalariado, o recurso a trabalho ocasional, o papel da entreajuda enquanto forma de suprir às necessidades pontualmente acrescidas de mão de obra como são a fase de recolha das aves. Também esta informação nos poderia ser muito útil no sentido de definir as funções que desempenha a avicultura consoante o sistema de exploração⁴ em que se enquadra.

Interessaria ainda estudar comparativamente os vários aspectos referidos para as duas grandes regiões avícolas do País (Ribatejo Oeste e distrito de Viseu). E isto tanto mais quanto o facto de a região pioneira ter sido Viseu e de o Ribatejo Oeste só se lhe ter seguido enquanto região intensivamente produtora com um substancial desfasamento temporal (mais ou menos 10 anos) e em condições de impulsionação muito diversas (a actividade

- avicultura intensiva: é definida por um nível mínimo de produção e pela necessidade de instalações próprias (pavilhões), supõe a aquisição, no exterior da exploração, da quase totalidade dos bens de produção e a venda, no mercado, de toda a produção;

- avicultura industrial: distingue-se da avicultura intensiva fundamentalmente pela natureza da exploração em que se insere. A avicultura industrial pratica-se em explorações especializadas, de grande dimensão (frequentemente "explorações sem terra") e com uma gestão de tipo "capitalista";

- avicultura especializada: aquela que assegura um mínimo de 2/3 da produção bruta estandardizada da exploração. (A estandardização consiste, grosso modo, na aplicação de coeficientes "standart" às diferentes produções em presença, o que as torna comparáveis e possibilita determinar a sua participação na produção bruta).

3 Um movimento deste tipo ocorreu em França, em consequência da crise de 1964.

4 Sistema de exploração: conjunto das orientações técnico-económicas da exploração.

avícola surgiu aqui "sob a égide" das fábricas de alimentos compostos), e poder ser determinante de diferenças profundas do ponto de vista da inserção do sector no mercado e, portanto, também, do ponto de vista da natureza da racionalidade presente.

SOBRE O ESTATUTO DE AVICULTOR

Propomo-nos aqui tecer algumas considerações sobre "a condição de avicultor".

O estatuto de avicultor é um estatuto vago, sobre o qual à partida se levantam interrogações. Um avicultor é, basicamente, um agricultor ou antes um industrial? Como é que ele próprio se define e como é que é encarado desde o mundo exterior à actividade?

Trata-se de uma temática desconcertante e que pode aparecer como supérflua.

Desconcertante pela diversidade de situações concretas que o designativo "avicultor" abrange. Basta pensar que ser avicultor é ser-se o sujeito de uma actividade cujos contornos económico-sociais são pouco definidos à partida. É-se avicultor quer se possua um pavilhão com 2 000 aves ou se detenham 200 000; é-se avicultor sendo-se assalariado, "sub-contratado" (integrado) ou patrão (capitalista). Nestas circunstâncias qual o denominador comum entre sujeitos de situações tão diversas?

Supérflua porque parecerá de somenos importância "classificar" ou "enquadrar" a condição de avicultor. A nós parece-nos contudo, que neste enquadrar de situações residirá uma riqueza analítica inquestionável. Não é indiferente um qualquer agente económico situar-se como industrial ou antes como agricultor, assim como não é indiferente situar-se como líder autónomo da exploração ou como sujeito passivo de relações de subordinação. É que um ou outro posicionamento implicará diferente perspectivação sobre o papel a desempenhar no contexto da exploração, a capacidade de iniciativa e risco, enfim, sobre o empenhamento a depositar na exploração.

Os avicultores de hoje são homens que há duas décadas atrás, vindos essencialmente do universo rural agrícola, se abriram às promessas de uma actividade nova e, por essa via, às promessas do progresso técnico. Tudo leva a crer, pois, que se trataria de homens com certo gosto pelo risco, que depositaram na "Revolução Avícola" a esperança de virem a viver com perspectivas mais amplas do que as que lhes eram permitidas enquanto meros agricultores⁵.

A adesão à nova actividade significava, afinal, um distanciamento relativamente a valores tradicionais, fossem eles o corte com uma actividade conhecida (agricultura) ou a própria adesão a valores culturais alternativos aos conhecidos e experimentados.. Lembremos, a propósito, que a tradicional capoeira pertencia inequivocamente ao domínio do feminino e simultaneamente também à categoria das tarefas menores. A revolução avícola implicou uma redistribuição sexual das tarefas (uma vez que os sujeitos da sua

5 Seria certamente interessante proceder a uma caracterização socio-cultural dos precursores da avicultura portuguesa. Quem foram e o que os motivou?

implementação parecem ter sido os homens) cujo significado não pode deixar de ser uma revalorização da própria actividade⁶.

A avicultura parece pois ter surgido com claras conotações de promoção socio-cultural e "modernismo".

O que neste momento nos podemos perguntar é qual terá sido o percurso seguido por aqueles homens em termos do modo como encaram aquilo que há vinte e cinco anos atrás se lhes deparou uma actividade económica e socialmente sedutora porque ferida de modernidade e tecnicismo. Objectivamente tudo parece apontar para um caminho de "desencantamento". É que após um período "dourado" inicial em que a rentabilidade das explorações avícolas terá sido alta e promissora, cedo o sector se revelou caracterizado pelas vicissitudes da imprevisibilidade e incerteza, sucedendo-se de forma por vezes vertiginosa os períodos de lucros e prejuízos em consequência de sucessivas crises algumas delas capazes de deixar pelo caminho os mais persistentes.

O avicultor é, de facto, hoje, um produtor perfeitamente consciente de que a sua condição é sinónimo de *vulnerabilidade* face aos caprichos do mercado⁷.

E esta vulnerabilidade significa *incerteza* quanto ao futuro, mesmo o futuro próximo.

A consciência da vulnerabilidade pode, aliás, ser uma razão determinante para a resistência à especialização em avicultura. Consciente dos riscos que corre ao entregar o seu futuro (e o da família) aos rendimentos incertos da avicultura, o produtor prefere dividir riscos dedicando-se complementarmente (ou principalmente, conforme os casos) a outras actividades possíveis no contexto da sua exploração.

A juntar à incerteza característica do produto e às condições de (não) regulação do mercado haverá ainda a considerar a natureza do trabalho avícola, em ordem à definição de um estatuto para o avicultor.

O trabalho do avicultor caracteriza-se por uma dupla natureza. Se por um lado se trata de uma "profissão", com um "savoir faire" próprio cuja transmissão exige uma aprendizagem, a aquisição de uma técnica (operações de vigilância e

6 Isto embora ainda hoje as grandes empresas integradoras que recorrem a trabalho assalariado prefiram a mão de obra feminina para as tarefas de manejo por se tratar de tarefas que requerem especial atenção e cuidado.

7 ... e à delicadeza intrínseca do produto produzido. Tal como nos sublinhava um produtor, basta uma hora de consumo de rações de má qualidade para que o rendimento das aves e o seu valor enquanto produto final se vejam consideravelmente afectados. Esta é uma diferença marcada entre a produção avícola e a generalidade das outras produções pecuárias: os suínos, caprinos, ovinos e bovinos são animais cuja resistência relativamente às condições ambientais, higiénicas e alimentares são incomparavelmente superiores às das aves.

controle), por outro envolve uma componente de mera execução onde o que importa é a execução rápida das tarefas (operações de recebimento e recolha das aves) cuja natureza é muito próxima da do trabalho fabril. Diríamos, pois, que se trata de um *trabalho "compósito"* onde se mesclam características próprias do trabalho do técnico e do operário⁸.

Podemos então afirmar que o trabalho avícola é um lugar de esbatimento da clássica dicotomia entre a execução física propriamente dita que caracteriza o trabalho do operário e o "know how" exigido pelo trabalho do técnico.

O ritmo das tarefas avícolas é, por seu lado, *uma mescla entre os ritmos agrícolas e os ritmos industriais*. Assim, se é certo que há momentos em que o que é exigido é um ritmo intensivo (recebimento e recolha) não é menos certo que o trabalho do avicultor lhe deixa, em períodos de mera vigilância, largos períodos quotidianos de tempo morto.

Também a remuneração do avicultor (e em especial do avicultor integrado) se situa num lugar intermédio entre um salário fixo e certo e os resultados incertos da comercialização dos produtos agrícolas. Assim, o produtor integrado tem por certo o recebimento mais ou menos regular de uma determinada massa monetária mas nem o seu montante nem o momento exacto do recebimento são por si conhecidos antecipadamente.

A todos estes factores de "confusão" na definição do estatuto de avicultor em função das categorias dicotómicas agrícola/industrial vem ainda juntar-se as dificuldades inerentes à heterogeneidade das situações socio-económicas da população avícola: grau de especialização das explorações, natureza do produto (carne/ovos), dimensão das explorações, natureza das relações com o mercado (directa/indirecta). Parece, pois, que os traços de diferenciação no seio da classe são tão numerosos que desnorteiam os espíritos mais sistemáticos e, mais grave ainda, os próprios avicultores, na definição de um estatuto para o avicultor.

Aqui poderá, aliás, residir um obstáculo à adesão às organizações representativas da classe por parte dos avicultores donos de explorações de pequena/média dimensão. É que cada avicultor tem dificuldades em se reconhecer no seu parceiro da "classe" pois cada um sente problemas e anseios diferentes consoante a especificidade da sua própria situação.

⁸ As duas "naturezas" referidas parecem apresentar quantitativos semelhantes a avaliar pelos dados apresentados por P. Saunier e B. Schaller no seu trabalho "L'Aviculture Française 20 Ans Après".

DA INCERTEZA EM AVICULTURA

Tal como vimos atrás uma das características inerentes ao estatuto de avicultor é a permanente vivência da incerteza que, obviamente, se traduz também na imprevisibilidade de rendimentos.

Da vulnerabilidade que referimos característica da produção avícola são prova os inúmeros produtores que se foram vendo forçados a desistir da produção muitas vezes para regressar mais tarde⁹.

No entanto, neste sector, ao contrário do que geralmente acontece com as actividades industriais, a incerteza não levou a estratégias de concentração das unidades produtivas.

Mais uma vez a prática agrícola quase omnipresente a par com a prática avícola parece justificar a aparente falta de racionalidade no comportamento do sector. É que os rendimentos provenientes da agricultura constituem, afinal, factores de amortecimento da incerteza ao assegurarem um nível mínimo de rendimento mesmo quando as aves dão prejuízo. O avicultor/agricultor defende-se da sujeição absoluta às regras do mercado pelo recurso a uma produção que ao invés da produção avícola não se destina inteiramente ao mercado¹⁰.

Coexistem pois, duas racionalidades na exploração: a uma estrita racionalidade mercantil em resultado da completa inserção no mercado no que respeita à produção avícola sobrepõe-se uma lógica "camponesa" em obediência à qual o objectivo é a maximização do rendimento global da exploração pela rentabilização dos factores de produção em presença - o trabalho da família, a (pouca) terra disponível e o capital da exploração onde "pesa" o pavilhão avícola.

A dimensão da exploração avícola depende assim, de factores outros que não a racionalidade mercantil. É que o objectivo do produtor não é tanto um lucro líquido mas mais um rendimento global que ele "extraí" da combinação de

⁹ A década de 60 foi palco de um incessante processo de renovação da população avícola. Mas não só. Foi também o cenário de constantes alternâncias entre produções. O mesmo produtor "saltitava" entre a produção de carne e a produção de ovos, orientado pelos rendimentos mais atraentes de cada momento.

¹⁰ Não esqueçamos uma das vantagens constantemente referidas pelos avicultores/agricultores a propósito do seu pavilhão: ele permite-lhe obter gratuitamente os fertilizantes que, doutro modo, teria que adquirir fora da exploração. Este "autoconsumo intermédio" desempenha, frequentemente, um importante papel económico permitindo à "parte agrícola" da exploração a intensificação das relações com o mercado a juzante sem que a montante ocorra processo equivalente, como seria de esperar. Aqui encontramos mais um factor de não especialização deste tipo de exploração.

factores de produção que lhe é possível. A dimensão da exploração avícola dependerá assim da relação transitiva que se estabelece entre a disponibilidade de solo arável de cada exploração, a disponibilidade de trabalho e a capacidade de endividamento para a construção de pavilhões avícolas.

Retomando de novo a questão da incerteza e a sua tradução em constantes crises será de referir que a vulnerabilidade às mesmas é tanto mais flagrante quanto estão ausentes neste sector os habituais mecanismos de regulação presentes noutros sectores industriais. Na verdade nem a intervenção dos poderes públicos no sector é consistente e continuada¹¹ nem os habituais movimentos de concentração que tradicionalmente se seguem às crises de sobreprodução industrial têm ocorrido no sector avícola.

A avicultura aparece, deste modo, sujeita aos princípios liberais e concorrenciais do mercado e desprovida dos habituais mecanismos de atenuação dos efeitos de desajustamento a que conduz o livre jogo das forças do mercado. Esta realidade acaba por ser tanto mais surpreendente quanto a organização natural do sector em "fileira" torna teóricamente possível uma perfeita regulação. E isto tanto mais quanto a dominação técnica do processo produtivo que caracteriza o sector abre possibilidades de programação e planificação da produção e, portanto também, de regulação económica. Tal como nos dizia um técnico de uma grande empresa integrada quase a ciclo completo, bastaria que os aviários de multiplicação funcionassem segundo contratos fixos com clientes certos (integração) para que o ajustamento das produções entre os diferentes estádios produtivos e entre estes e o mercado fosse possível. Só que, de facto, tal não acontece nem pode acontecer num sector cuja organização e a diversidade de situações socio-económicas produz a coexistência no sector de racionalidades múltiplas¹².

Em França, onde a organização da produção é muito semelhante à nacional (em particular na Bretanha) as crises fizeram surgir fenómenos de "inter-profissão" enquanto "expediente defensivo".

11 Seria interessante analisar a produção nacional de legislação para o sector. Tudo leva a crer que antes do impulso legislativo originado na necessidade de harmonização da legislação nacional à legislação comunitária este fosse um dos sectores "menos legislados" dos "pouco legislados" sectores produtivos industriais em Portugal.

12 Não é por acaso que nos países do Norte da Europa (Inglaterra, por ex.) onde predominam as grandes empresas, integradas a ciclo completo (um mesmo "grupo" detém a propriedade de todos os níveis da fileira desde a selecção ao matadouro) a coordenação entre estádios produtivos é muito forte. Em Portugal a situação é totalmente outra como já vimos. As relações entre os diferentes níveis da fileira resumem-se, na generalidade, a meras relações comerciais. As unidades produtivas apresentam grande dispersão económica e institucional. Quando muito existem empresas que controlam uma parte das actividades da fileira.

As organizações interprofissionais, ao reunirem produtores dos vários níveis da fileira, permitem, senão evitar as crises, pelo menos prevê-las e, conseqüentemente preparar medidas de amortecimento daquelas. Basta conhecer a "curva" de vendas dos aviários de multiplicação em cada momento para poder prever a situação no mercado (em condições de procura constante) decorrido o tempo correspondente ao ciclo de produção do produto.

As organizações inter-profissionais francesas saídas das crises dos anos 60, não tiveram, contudo, futuro longo pois a função principal para a qual haviam sido criadas (função estatística) cedo passou a ser desempenhada pelo Estado, cõscio da importância económico-social da recolha e disponibilização da informação avícola¹³. Em Portugal nem se verificaram nunca fenómenos de cariz inter-profissional nem o Estado se ocupou com a produção estatística para o sector. Se é verdade que existem hoje Associações de produtores (mais ou menos operacionais, conforme os casos) não é menos verdade que elas servem fundamentalmente apenas as grandes empresas ficando de fora os pequenos/médios produtores. Os "esforços estatísticos" desenvolvidos por aquelas associações acabam, pois, por nada aproveitar aos pequenos produtores que, na generalidade (e haveria que prová-lo), parecem ignorar de todo a sua existência e, mais ainda, as vantagens do associativismo sectorial.

¹³ Esta é afinal uma estratégia estatal de intervenção no sector: a opção pela não intervenção directa na regulação.

A INTEGRAÇÃO E SEUS MECANISMOS

Pode dizer-se que a prática da "integração" em avicultura surgiu com a industrialização do sector.

O facto de estar em causa uma actividade com propriedades técnicas e socio-económicas que facilitam a sua difusão originou o surgimento de uma multiplicidade de pequenos produtores. Era fácil nos anos 50 construir um pavilhão e "pôr a render" a mão de obra familiar na criação de aves. Não seria, porém, tão fácil distribuir a produção i. é, levá-la até aos centros de consumo. O mercado local cedo se tornou insuficiente para o escoamento do produto e o avicultor/agricultor não dispunha de meios que lhe permitissem a colocação da sua produção junto dos grandes centros consumidores.

Surge pois, aqui, o lugar de eleição do intermediário (ele próprio muitas vezes produtor)¹⁴. E, neste como noutros sectores, o papel do intermediário revelou-se um papel lucrativo: o grosso dos lucros revertia a seu favor.

O pequeno produtor não dispunha também permanentemente do fundo de maneio necessário à aquisição das matérias primas. Daí até à prática da integração nos moldes em que hoje a conhecemos foi apenas um passo. O integrador passa então a ser o agente que fornece as matérias primas ao produtor (integrado) sem que isso envolva para este a exigência de disponibilidades de tesouraria. O pagamento não é feito no momento. Os custos só são descontados no final da produção, aquando da retirada do produto. Simultaneamente, o integrador é o garante do contacto entre o produtor integrado e o mercado - o integrador é o mediador entre a exploração integrada e o mercado.

Deste modo se institui um sistema de relações verticais. Os integrados estão dependentes do integrador quer a montante quer a juzante¹⁵. A existência do integrador é condição fundamental à reprodução das pequenas explorações avícolas. Os integrados não estabelecem entre si relações

¹⁴ Actualmente o integrador é, na generalidade, não apenas um produtor "maior" mas, também, o dono de um matadouro.

¹⁵ Por vezes o grau de dependência vê-se acrescido em consequência da contracção de empréstimos junto do integrador para construção de novos pavilhões. A própria expansão da exploração integrada está, nestes casos, condicionada pela adesão do integrador à sua estratégia de crescimento. Esta é uma via inegável de inserção da exploração avícola/agrícola na "mecânica" do mercado. O pagamento do empréstimo contraído obriga o integrado a intensificar a sua produção (não só avícola mas também agrícola) com vista a aumentar os rendimentos líquidos que só a venda dos produtos no mercado lhe pode assegurar.

horizontais. As suas relações são verticais e dirigem-se ao integrador e aos técnicos das fábricas de raças¹⁶.

As vantagens que o integrador retira da integração são óbvias. Ele pode prescindir de elevados valores imobilizados em capital fixo e, conseqüentemente, de pesados encargos financeiros (esta é, aliás, uma das desvantagens constantemente referidas pelos responsáveis pelas grandes empresas produtoras relativamente às suas congéneres "integradoras") e, simultaneamente, tem garantias de maior flexibilidade face aos caprichos do mercado - rendimento assegurado em períodos favoráveis e possibilidades de repercussão dos prejuízos sobre o integrado em períodos adversos¹⁷.

A integração é, pois, o lugar de uma particular concertação de interesses entre as partes envolvidas. Para o integrador ela significa flexibilidade e possibilidades de rendimentos acrescidos, para o integrado significa a possibilidade de participação numa actividade que lhe garante a elevação do nível de vida da família pelo acréscimo do rendimento global da exploração (e isto sem a necessidade de imobilização de elevadas somas em dinheiro de que não dispõe).

Seria importante conhecer, estatisticamente, a realidade da integração em Portugal: o número de integrados e integradores, sua dimensão, natureza socio-económica, tipo de contratos, etc. Sem esta informação estatística apenas podemos usar a voz da intuição a qual nos permite afirmar que, na realidade da avicultura portuguesa (fundamentalmente na região que aqui nos interessa), é flagrante o predomínio da pequena produção integrada.

Uma outra "evidência" relativamente à integração consiste no facto de ela se revelar particularmente incidente na produção de carne (tradicionalmente o frango mas agora também o peru¹⁸ e menos na produção de ovos. De facto a produção de ovos é hoje generalizadamente feita em baterias¹⁹.

16 Os quais desempenham, para estes produtores, funções de "Senhor dos Aflitos". É nos "técnicos" que o pequeno avicultor vê a possibilidade de solucionar todos os males que afectam o seu bando.

17 A via de repercussão é a da venda prioritária da produção própria enquanto a produção integrada é relegada para escoamento posterior. Deste modo o ritmo de recrias do integrado pode ver-se diminuída de 5 para 4 ou 3 anualmente, em função do ritmo de escoamento permitido pelo mercado. As aves passam a permanecer no pavilhão integrado alguns dias mais do que seria desejável o que significa um acréscimo de custos sem a correspondente contrapartida uma vez que este período "suplementar" implica depreciação do valor comercial do produto.

18 Este apenas é passível de integração no 2º período de vida uma vez que se trata de uma espécie particularmente sensível no 1º período).

19 Até porque "os ovos de chão" têm cotação comercial substancialmente inferior o que implica grandes investimentos em capital fixo com viabilidade económico-financeira

Reportando-nos, agora, à natureza dos contratos, os contactos que tivemos com os produtores permitem-nos afirmar que o factor mais importante nas relações "contratuais" em integração é a *confiança*. De facto integradores e integrados são unânimes em reconhecer nela a base na qual se estabelecem as suas relações. O parceiro de integração é um bom ou mau parceiro consoante as "provas de confiança" que tem dado.

Os contratos escritos e com preocupações de natureza jurídica estão longe de ser universais. Eles parecem ter tendência a praticar-se entre firmas de dimensão razoável e em zonas socio-económicamente mais desenvolvidas. Noutras condições o que parece predominar são contratos verbais ou formas escritas de valor jurídico duvidoso²⁰.

A modalidade de pagamento praticada é, tradicionalmente, a margem por unidade de produto. Esta permite penalizar os maus produtores (as aves mortas não são pagas) e gratificar os mais eficientes.

A predominância da integração no panorama avícola nacional poder-nos-ia conduzir à conclusão de que, afinal, há um factor de aproximação entre a generalidade dos avicultores e, muito especialmente, entre os pequenos avicultores (ver supra "Sobre o Estatuto do Avicultor"): a qualidade de "integrado".

Mais uma vez, porém, a natureza socio-económica que o sector reveste no nosso País vem "heterogeneizar o homogéneo". É que o grau de subordinação a que está sujeito o produtor integrado é muito diferente consoante a sua exploração avícola é o fulcro económico da exploração (o produtor vê-se, neste caso, "condenado" a uma especialização progressivamente mais intensa) ou apenas uma actividade anexa a outra(s). A estes dois grupos de integrados correspondem situações de subordinação cuja amplitude é profundamente diferente. Enquanto no primeiro caso o avicultor é, de facto, um produtor subordinado a uma lógica e uma racionalidade que lhe são impostas desde fora, no segundo caso não parece que possamos falar de subordinação mas apenas de uma mera concertação de interesses entre as partes envolvidas.

só assegurada a partir de um nível mínimo de dimensão, muito superior ao necessário no sector das aves de carne.

20 "Eu nem sei se o papel tem força no Tribunal" - afirmava-nos um integrador.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

Assumindo uma multiplicidade de dimensões técnico-económicas e de configurações institucionais, a avicultura revela-se um complexo tecido produtivo sectorial capaz de assegurar a coexistência de unidades de grande dimensão, funcionando de acordo com uma racionalidade capitalista moderna, orientada para o lucro, com pequenas unidades familiares e/ou integradas, com racionalidades não completamente dirigidas pelo mercado.

Esta característica própria do sector permite-lhe o desempenho de uma particular função económico-social: a complementação de parques rendimentos agrícolas em zonas rurais com atrasos de desenvolvimento. A importância social desta actividade resulta pois por demais evidente uma vez que ela permite o acesso a níveis de rendimento de outro modo inacessíveis num contexto espacial em que não existem formas alternativas de trabalho remunerado. Deste modo a pequena avicultura artesanal terá obstado, no passado como ainda hoje, a uma mais acentuada desertificação de algumas zonas rurais do interior do distrito de Viseu, zona pioneira desta actividade e segunda produtora nacional onde predominam as pequenas/médias unidades.

Tendo-se expandido acentuadamente ao longo da década de setenta e início de oitenta, a avicultura nacional (tal como a comunitária) parece hoje, porém, atravessar um período de estagnação relativa e a eminência de dificuldades acrescidas. De facto, as perspectivas de futuro para o sector em Portugal não parecem ser as mais promissoras se considerarmos o actual enquadramento no espaço económico mais vasto que é a Comunidade Económica Europeia. É que a Comunidade é excedentária nestes produtos, daí resultando como consequência que o sector não pode contar com quaisquer incentivos à produção. Por outro lado, e de modo diverso do que acontece com outras produções pecuárias, a Organização Comum de Mercado das Aves e Ovos não assegura um preço mínimo aos produtos por ela abrangidos, sendo o seu preço determinado em mercado concorrencial pelo livre jogo da oferta e da procura.

A modernização e rentabilização da produção nacional parecem, pois, impôr-se com a força da necessidade de modo a garantir competitividade com a produção dos outros Países Membros, em especial a Espanha e a França, países espacialmente muito próximos, que apresentam maiores níveis de eficiência e, conseqüentemente, menores custos de produção, e que, sendo excedentários no sector, necessitam de alargar os seus mercados externos.

Tradicionalmente caracterizado por diminuta intervenção dos poderes públicos e alheio a outras formas de defesa contra uma incerteza (concentração da produção, por exemplo) que tanto marca a história do sector, a avicultura portuguesa defronta-se agora com desafios novos. Da sua capacidade para os vencer depende o seu futuro. À partida, parece contar com desvantagem relativamente a outros sectores produtivos que acedem a apoios diversos nacionais e comunitários. O sucesso dependerá, portanto, apenas do

dinamismo dos empresários e da sua capacidade para se organizarem e associarem de molde a constituírem grupos com força representativa e capacidade defensiva. Um maior dinamismo das associações do sector poderá ser factor relevante no futuro tal como o seria a desejável criação de uma associação inter-profissional nacional de acordo, aliás, com as orientações sectoriais apontadas pela Comissão de Agricultura das Comunidades para o espaço comunitário.

As vantagens relativas do sector passam muito pela natureza dos produtos produzidos que permitiu que lhes fosse atribuída a designação de "proteína social". Trata-se, na verdade, de alimentos com elevado valor nutritivo e baixos preços relativos, particularmente atractivos para os orçamentos alimentares das famílias com baixos/médios rendimentos. Haverá aqui, contudo, a superar alguns preconceitos, vulgares no nosso País, contra os, assim designados, "produtos de aviário".

Como nota final deixamos uma chamada de atenção para as significativas alterações com que o sector parece poder contar num futuro próximo, em Portugal, originadas não apenas nas novas tensões concorrenciais que se avizinham mas ainda num outro factor a não descurar: é que ele será o espaço temporal de transição entre duas gerações de avicultores. Vinte e cinco anos passados sobre o início da actividade, os "pais avicultores" estão prestes a passar a sua aprendizagem aos seus "filhos" e, aqui como em todas as dimensões do social, a entrada em cena de uma nova geração significará, seguramente, transformação. O sentido em que se dará essa transformação talvez venha a ser, finalmente, o da sua desejada modernização. A ver vamos.

BIBLIOGRAFIA

- Revista "Notícias Avícolas" (vários números).
- Revista "l'Aviculteur" (vários números).
- Revista "Aves e Ovos" (número de Dez. 1986).
- Boletins Estatísticos Mensais ANCRIF.
- Boletins Estatísticos Mensais ANAPO.
- ANCRIF - "Relatório Estatístico para os Anos 1983, 1984, 1985".
- Comissão das Comunidades Europeias - "Les Dossiers de la Politique Agricole Commune" : "Les Produits Avicoles" ; nº 34.
- Sousa Reis, L.F. - "Legislação Avícola"; Publicações "Ciência e Vida".
- M.A.C.P. - "Plano de Mudança da Agricultura Portuguesa" (ante-projecto); Agosto de 1982.
- "Guia Comercial do Avicultor", nº 2 (1986); Publicações "Ciência e Vida".
- Revista Crítica de Ciências Sociais, nº22.
- Caderno de textos para a cadeira de "Estruturas Agrárias e Desenvolvimento"; FEUC, 198
- Saunier, P. e Schaller, B. - "l'Aviculture Française 20 Ans Après"; vols. I e II; INRA; Série Economie et Sociologie Rurales.

Impresso
na Secção de Offset
da Comissão de Coordenação da Região Centro

Março 1990
Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 0871-5130
Depósito Legal nº: 35 912/90

Ficha Técnica:

Composição:		• Isabel Dias, Vítor Duarte
Offset:	Paginação e Montagem:	• Adelino Bandeira
	Transporte:	• Henrique Taborda
	Impressão:	• Joaquim Felício
Capa:		• Victor Ferreira